

Ministério da Saúde

hospital de  
magalhaes lemos

EPE



# RELATÓRIO E CONTAS 2011



# Índice

1. Mensagem do Conselho de Administração (CA)	3
2. Apresentação do Hospital	5
2.1. Identificação e enquadramento histórico	5
2.2. Órgãos do Hospital, missão e valores	5
2.3. Área de influência e serviços oferecidos	6
2.4. Instalações e equipamentos	7
2.5. Recursos humanos	8
3. Objetivos e resultados obtidos	9
3.1. Objetivos vs resultados (resumo)	9
3.2. Sistema de informação e controlo de gestão	10
3.3. Melhoria do controlo	12
3.4. Atividade assistencial	12
4. Gestão da qualidade	17
4.1. Sistema de gestão da qualidade (SGQ)	17
4.2. Gestão do risco	18
4.3. Auditorias	18
5. Recursos Humanos	19
5.1. Recursos Humanos	19
5.2. Formação contínua e formação qualificante	21
5.3. Higiene, segurança e saúde no trabalho	22
6. Análise económica e financeira	23
6.1. Desempenho económico-financeiro	23
6.2. Análise financeira e patrimonial	26
6.3. Demonstrações financeiras	27
6.4. ROC - Certificação Legal das Contas / Relatório e parecer do Fiscal Único	37
7. Anexos	
7.1. Governo da sociedade	
7.2. Princípios de bom governo	
7.3. Organograma do HML	
7.4. Orientações legais (resumo)	
7.5. Mapas de controlo orçamental e de fluxos financeiros	





# 1.

## Mensagem do CA

O objetivo traçado de criar condições para o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, atenta a situação económico-financeira que o país vem atravessando, obrigou a um conjunto de medidas visando a contenção significativa de custos, sem pôr em causa o desenvolvimento do Plano Nacional de Saúde Mental 2007-2016 (PNSM).

O ano que terminou foi caracterizado pelo aprofundar do papel, não apenas supletivo, mas também complementar, do Hospital em relação aos hospitais gerais da sua área assistencial (CH Porto, EPE; CH Póvoa de Varzim/Vila do Conde, EPE; CH Entre Douro e Vouga, EPE; e ULS de Matosinhos, EPE)<sup>1</sup>, que foram desenvolvendo os seus serviços de saúde mental, ainda que sem instalações próprias para o internamento, como ainda de hierarquia técnica de âmbito regional, enquanto hospital central especializado.

A fim de agilizar essas diversas respostas, em especial para acorrer ao aumento da procura de cuidados de internamento resultante do alargamento da tradicional área assistencial do Hospital às de Entre Douro e Vouga e dos concelhos de Gondomar e Vila Nova de Famalicão, procedeu-se à reorganização dos serviços de internamento, permitindo igualmente apoiar outros serviços de saúde mental da Região Norte, em situações de insuficiência de capacidade de resposta.

Também as previsíveis consequências do envelhecimento demográfico acarretaram a necessidade do aumento da capacidade de resposta específica à maior procura de cuidados dirigidos às Pessoas de mais idade.

Por outro lado, o atraso verificado no desenvolvimento da rede de cuidados continuados de saúde mental, dificultando, com frequência, o processamento atempado das altas dos doentes agudos, por falta de retaguarda social adequada, veio aumentar o número de doentes com tempo de internamento superior a 90 dias, determinando a procura de soluções alternativas, de que se realça o Protocolo estabelecido com Santa Casa da Misericórdia do Porto (SCMP), que só foi possível efetivar este ano.

Não foi possível desenvolver as desejáveis respostas dirigidas às situações de crise, nomeadamente nos casos de internamento compulsivo, que permitam aperfeiçoar os modelos de intervenção na comunidade que sempre caracterizaram a atividade deste Hospital ao longo dos 50 anos que completará dentro de meses.

Apesar dos constrangimentos referidos, não podemos deixar de salientar a obtenção da reacreditação pelo CHKS, enriquecida pela certificação pela Norma ISO9001:2008 pela mesma entidade, culminando um trabalho de grande empenhamento de todos os profissionais em geral, mas de forma particular do Grupo da Qualidade, que nunca é demais elogiar, pela inextinguível dedicação demonstrada.

---

<sup>1</sup> CH – Centro Hospitalar; EPE – Entidade Pública Empresarial; ULS – Unidade Local de Saúde.

Por último, mas não menos importante, não podemos deixar de registar que no decurso do ano o Hospital melhorou significativamente a eficiência, retomando o caminho da sustentabilidade, de que tinha estado afastado nos dois anos anteriores, para o que foi determinante a colaboração de todos os profissionais e, sobretudo, a cooperação plena dos responsáveis dos serviços.

Podemos assim dizer que o ano de 2011 fica assinalado no nosso Hospital como de grande mudança, com resultados que reforçaram a posição de líder em performance na sua área de atuação – os cuidados especializados de saúde mental.

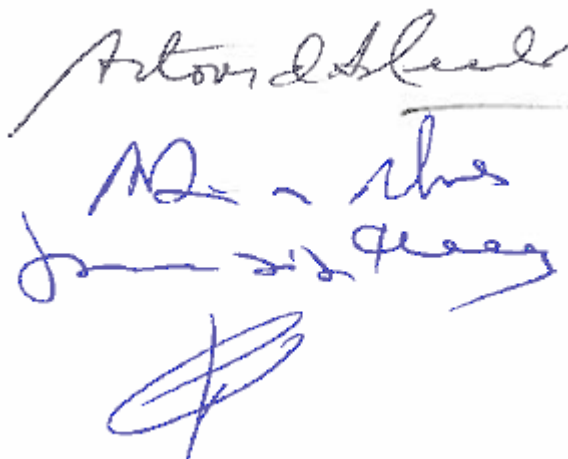
Concluimos referindo que as perspetivas para 2012 não são as melhores:

- a) no campo económico e social não se espera evolução positiva sendo, por isso, previsível o aumento da pressão da procura sobre o Hospital;
- b) no financiamento são conhecidas as reduções de preço dos atos (-8%) e, ainda, que qualquer produção adicional não será paga;
- c) nos aspetos orçamentais e de governação as medidas já publicadas – v.g. lei de compromissos –, e as que se antecipam até ao fim do ano no cumprimento do memorando com a Troika, representam para o CA um forte constrangimento de decisão e um aumento de burocracia.

O CA tudo fará para que em 2012 as mudanças anteriormente conseguidas se consolidem e aprofundem, num ambiente de cooperação e de respeito pelas necessidades e objetivos das pessoas e serviços.

Só assim o Hospital de Magalhães Lemos, EPE (HML), se manterá a prestar um bom serviço aos doentes, dentro de um quadro de excelência clínica e de uso eficiente de recursos.

#### O Conselho de Administração

The image shows four handwritten signatures in blue ink, arranged vertically. The signatures are stylized and cursive, typical of formal documents. The first signature is the largest and most prominent, followed by three smaller ones below it.

# 2.

## Apresentação do Hospital

### 2.1. Identificação e enquadramento histórico

O Hospital de Magalhães Lemos, EPE, foi criado pelo Decreto-Lei nº 27/2009, de 27 de Janeiro, revestindo a natureza de Entidade Pública Empresarial desde 1 de Fevereiro do mesmo ano.

É uma pessoa colectiva de direito público de natureza empresarial, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, registada com o NIPC 502828790 e o CAE 933010 (Rev.3) e sede na Rua do Professor Álvaro Rodrigues, s/nº, no concelho e distrito do Porto. O capital estatutário é de 20.000.000,00€ a realizar por incorporação de reservas e resultados transitados do Hospital de Magalhães Lemos.

O HML é no âmbito da Região Norte o único hospital central especializado de psiquiatria da rede do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e desenvolve a sua actividade como hospital desde 1962. Sendo o hospital de referência nesta região em cuidados de psiquiatria e de saúde mental, é regido pela Lei nº 36/98, de 24 de Julho – Lei de Saúde Mental, e pelo Decreto-Lei nº 35/99, de 5 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei nº 304/2009, de 22 de Outubro e o disposto na Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2008, que aprova o Plano Nacional de Saúde Mental para o período de 2007 a 2016.

### 2.2. Órgãos do Hospital, missão e valores

São órgãos do Hospital de Magalhães Lemos, EPE:

- **O Conselho de Administração (CA)**

Nomeado pelo Despacho nº 6903/2009, de 5 de Março, e constituído por:

António Alfredo de Sá Leuschner Fernandes	Presidente do CA
António da Silva Dias Alves	Vogal Executivo (VE)
Joaquim da Silva Ramos	VE, Diretor Clínico
João Ernesto Teles Pires	VE, Enfermeiro Diretor

- **O Fiscal Único (FU)**

Carlos António Rosa Lopes (ROC nº 645) da *Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados*, SROC nº 116, nomeado pelo Despacho nº 7108/2009, de 9 de Março.

- **O Conselho Consultivo (CC)**

Órgão de consulta a quem compete apreciar os planos de acção anual e plurianual, e emitir recomendações tendo em vista a melhoria do desempenho do hospital.

- **O Auditor Interno (AI)**

António Augusto Peres da Cunha Barata, nomeado em reunião do CA nº 1/2011, de 14 de Janeiro.

O Hospital de Magalhães Lemos, EPE tem por **Missão** “a prestação de cuidados de saúde especializados de psiquiatria e de saúde mental à população adulta da respectiva área geodemográfica, assegurando em simultâneo o desenvolvimento profissional dos seus colaboradores, num quadro de eficiência e efetividade e de satisfação, bem como de projetos de investigação e de formação pré e pós graduada”.

No cumprimento da sua Missão, o HML assume os seguintes **Valores**:

- a) Saúde, bem -estar e qualidade de vida dos doentes;
- b) Código de ética e padrões de conduta;
- c) Qualidade, inovação e excelência de resultados;
- d) Humanismo e respeito mútuo;
- e) Responsabilidade, integridade e trabalho de equipa.

O Hospital de Magalhães Lemos, EPE, está estruturado organizacionalmente de acordo com o seu regulamento interno e organograma aprovados pelo CA (consultar o anexo 7.3).

## 2.3. Área de influência e serviços oferecidos

---

A área assistencial do Hospital de Magalhães Lemos, EPE, é a atribuída na Rede de Referenciação Hospitalar de Psiquiatria e Saúde Mental e no Plano de Reestruturação dos Serviços de Saúde Mental, em vigor.

O Hospital de Magalhães Lemos, EPE presta os seguintes serviços:

- Internamento (doentes agudos e residentes);
- Ambulatório:
  - Consulta externa especializada de psiquiatria;
  - Hospitalização parcial;
  - Reabilitação psicossocial;
  - Cuidados domiciliários.

A urgência psiquiátrica do distrito do Porto funciona no CH S. João, EPE, contribuindo o pessoal médico do HML para a constituição das equipas de urgência.

Deste modo, os serviços prestados pelo Hospital de Magalhães Lemos, EPE, abrangem as populações dos seguintes concelhos, mediante a tipologia dos cuidados oferecidos:

**Quadro 1 - área de influência primária do HML**

	população	cuidados prestados
Porto <sup>2</sup>	138.446	internamento e ambulatório
Matosinhos	171.091	internamento e ambulatório
Póvoa de Varzim	61.276	internamento e ambulatório
Vila do Conde	76.143	internamento e ambulatório
Santo Tirso	69.630	internamento
Trofa	37.697	internamento
V.N. Famalicão	129.947	internamento
Gondomar	162.264	internamento
Santa Maria da Feira	134.822	internamento
Arouca	21.375	internamento
Oliveira de Azeméis	66.127	internamento
São João da Madeira	20.835	internamento
Vale de Cambra	22.158	internamento
<b>População total</b>	<b>1.111.811</b>	

**Fonte:** INE – censos 2011

## 2.4. Instalações e equipamentos

O Hospital Magalhães Lemos, EPE, possui uma estrutura pavilhonar e ocupa uma área de 102.779 m<sup>2</sup> junto da Estrada Interior da Circunvalação, Freguesia de Aldoar – Porto.

Com o decorrer de tempo, algumas das suas vertentes assistenciais, apesar de inseridas no mesmo espaço e ocupando instalações do hospital, foram autonomizadas ou inseridas noutras instituições.

O HML, no ano de 2011, dispunha de instalações externas nos seguintes locais:

Porto – Unidade de Vida Apoiada de Costa Cabral, com uma lotação de 12 camas. Iniciou a actividade como unidade residencial em Março de 2006, e como fórum sócio-ocupacional em 2009.

Vila do Conde – Unidade de Vida Autónoma (inactiva) e Fórum Sócio Ocupacional, que iniciou a sua actividade no início de 2007.

Vila do Conde/Póvoa de Varzim – cuidados ambulatoriais assegurados pela equipa do serviço Póvoa de Varzim/Vila do Conde, prestados em instalações cedidas pelos Centros de Saúde de Vila do Conde, da Póvoa de Varzim e de Modivas, onde são realizadas consultas e visitas de acompanhamento e monitorização de utentes.

Actualmente, existem dentro do recinto do HML instalações afectas às seguintes entidades externas e autónomas:

- SUCH (Lavandaria e Central Térmica);
- CH do Porto, EPE (Departamento de Psiquiatria da Infância e da Adolescência);
- ULS de Matosinhos, EPE (Unidade de Cuidados Continuados);
- Associação dos Familiares, Utentes e Amigos do Hospital de Magalhães Lemos (AFUA).

<sup>2</sup> Exceto as freguesias de Bonfim, Campanhã e Paranhos.



A lotação do internamento em 31/12/2011 totalizou 178 camas, conforme a seguinte distribuição:

**Quadro 2 – lotação do HML**

	camas
Serviço de Intervenção Intensiva	16
Internamento de agudos	104
Internamento de evolução prolongada	
Hospital	46
Unidade de Costa Cabral	12
<b>Lotação</b>	<b>178</b>

**Fonte:** Gestão Financeira, Estatística e Análise do HML

O HML possui ainda espaços próprios dedicados à restauração, nomeadamente cozinha e refeitório; um auditório com capacidade para 198 pessoas; piscina e pavilhão gimnodesportivo, bem como, espaços dedicados aos *ateliers* de carpintaria, cerâmica, pintura, vidro, trabalhos manuais, reprografia e culinária no âmbito das actividades do Serviço de Reabilitação Psicossocial.

## 2.5. Recursos humanos

Os recursos humanos (RH) do Hospital de Magalhães Lemos, EPE apresentavam a seguinte distribuição por grupos profissionais em 31/12/2011:

**Quadro 3 – evolução dos RH no HML (2009-2011)**

	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2011	Δ 2010/11	Δ% 2010/11
Assistente Operacional	140	142	129	-13	-9,2%
Assistente Técnico	48	45	39	-6	-13,3%
Outro Pessoal	1	1	1	0	0,0%
Pessoal de Enfermagem	120	135	129	-6	-4,4%
Pessoal de Informática	3	2	2	0	0,0%
Pessoal Dirigente	1	2	2	0	0,0%
Pessoal Dirigente superior	4	4	4	0	0,0%
Pessoal Médico <sup>3</sup>	37	36	32	-4	-11,1%
Pessoal Médico em formação pré carreira	19	21	21	0	0,0%
Pessoal Técnico de Diagnóstico e Terapêutica	14	14	10	-4	-28,6%
Pessoal Técnico Superior	15	15	17	2	13,3%
Pessoal Técnico Superior de Saúde	13	16	15	-1	-6,3%
	<b>415</b>	<b>433</b>	<b>401</b>	<b>-32</b>	<b>-7,39%</b>
Contrato de prestação de serviços					
Assistente Técnico	0	1	1	0	0,0%
Pessoal Técnico Superior	5	5	4	-1	-20,0%
<b>total de RH</b>	<b>420</b>	<b>439</b>	<b>406</b>	<b>-33</b>	<b>-7,52%</b>

**Fonte:** Gestão de Recursos Humanos do HML

<sup>3</sup> Especialidades: psiquiatria - 29; neurologia - 1; medicina interna - 1; patologia clínica - 1.

# 3.

## Objetivos e resultados obtidos

### 3.1. Objetivos vs resultados (resumo)

O Hospital cumpriu genericamente os objetivos a que se tinha proposto no seu plano de atividades seja na produção, nos custos ou nos resultados. Os quadros seguintes resumem a evolução verificada: aumento da produção (+9,6%), redução de custos (-10%) e melhoria de resultados operacionais (+183%).

Quadro 4 - evolução da produção final (2010-2011)

<i>Atividade assistencial</i>	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>Δ% 2010-11</b>	<b>Objetivo 2011</b>
Doentes saídos (agudos)	3.373	3.075	+9,7%	2.570
Dias de internamento (residentes)	24.060	21.329	+12,8%	23.000
Consulta externa (nº CE)	43.280	43.859	-1,3%	43.500
Hospital de dia (nº sessões)	48.237	33.778	+42,8%	31.700
Serviço domiciliário (nº visitas)	3.182	2.478	+28,4%	2.100
<b>Doentes equivalentes ajustados</b>	<b>7.557</b>	<b>6.896</b>	<b>9,6%</b>	

**Fonte:** Gestão Financeira, Estatística e Análise do HML

Quadro 5 - evolução do nº de pessoas (2009-2011)

<i>Grupos profissionais</i>	<b>31 Dez 2009</b>	<b>31 Dez 2010</b>	<b>31 Dez 2011</b>	<b>Δ% 2010-11</b>
Assistente Operacional	140	142	129	-9,2%
Assistente Técnico	48	45	39	-13,3
Pessoal de Enfermagem	120	135	129	-4,4%
Pessoal Médico	37	36	32	-11,1%
Pessoal Médico em formação pré carreira	19	21	21	0,0%
<b>total geral</b>	<b>415</b>	<b>433</b>	<b>401</b>	<b>-7,4%</b>

**Fonte:** Gestão de Recursos Humanos do HML

**Quadro 6 - evolução de custos e resultados (2010-2011)**

<i>Custos e resultados (euros)</i>	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>Δ% 2010-11</b>	<b>Objetivo 2011</b>
<b>Total de custos</b>	<b>18.560.379</b>	<b>20.592.967</b>	<b>-10%</b>	<b>-10%</b>
Custos de pessoal	11.621.948	13.271.418	-12,4%	≤ -5%
Fornecimentos e serviços	4.779.141	5.030.064	-5,0%	≤ 0%
Materiais	1.295.774	1.400.070	-7,5%	≤ +1,5%
<b>Resultado do exercício</b>	<b>+1.358.614</b>	<b>-1.391.950</b>	<b>+198%</b>	
<b>Resultado operacional</b>	<b>+916.040</b>	<b>-1.108.608</b>	<b>+183%</b>	<b>≥ -59.954</b>

**Fonte:** Gestão Financeira, Estatística e Análise do HML

Assim, em 2011 verificou-se uma melhoria generalizada da eficiência face a 2010, globalmente de +18%, de +20% em pessoal e +16% em materiais. Essa melhoria pode igualmente apreciar-se na diminuição de custos unitários da produção final:

- Custo do doente saído de agudos (-18%);
- Custo do dia de internamento de residentes (-10%) - apesar da diminuição verificada o custo de 2011 foi superior (+39%) ao financiamento do SNS;
- Custo da consulta externa (-38%);
- Custo da sessão de hospital de dia (-18%);
- Custo da visita domiciliária (-13%).

O Hospital cumpriu o Contrato-Programa (CP) com a Administração Regional de Saúde do Norte (ARSN) e a esmagadora maioria dos objetivos que nele tinham sido fixados, conforme quadro seguinte.

**Quadro 7 – Contrato-Programa 2011: objetivos fixados e atingidos**

<i>Nº de objetivos</i>	<b>Fixados</b>	<b>Atingidos</b>
Atividade assistencial	7	7
Desempenho económico-financeiro	5	5
Acesso à consulta	2	1

**Fonte:** Gestão Financeira, Estatística e Análise do HML

Os objetivos e as metas contratualizados com a ARSN foram transpostos pelo Hospital para contratos internos com as unidades e serviços. Foi justamente o empenho e a colaboração dos responsáveis das unidades que permitiu o cumprimento dos contratos internos e, assim, a concretização do contrato externo.

## 3.2. Projetos concretizados

1. Reacreditação e certificação do Hospital pelo CHKS, em 13 de abril de 2011, e na sequência de auditoria externa.

2. Reorganização e adequação da oferta: organização do internamento em serviços homogêneos de acordo com o tipo de cuidados, estruturados em dois serviços de agudos e outros dois para doentes residentes, com os serviços médicos a coincidir com os de enfermagem, com ajustamento da lotação e com acompanhamento clínico para facilitar a redução da inapropriação e da demora média; abertura de consultas especializadas.
3. Revisão e melhoria do Regulamento Interno, o qual foi finalmente aprovado pela tutela e publicado no DR 2ª série em 8 de Novembro de 2011, com adequação do organograma para refletir as alterações operadas na orgânica do Hospital.
4. Definiram-se quatro linhas de orientação estratégica com base nas quais se definiu um plano de atividades para o ano com os respetivos objetivos em quatro áreas (produção, eficiência, qualidade, satisfação de profissionais). Após aprovação do contrato externo procedeu-se à contratualização interna com os serviços, a qual foi objeto de acompanhamento e controlo periódico.
5. Efetuaram-se diversas alterações no sistema de informação, entre as quais destacamos: início de publicação e difusão atempada para a tutela e CA do RADEF<sup>4</sup>; revisão da contabilidade analítica relativa a 2010 e 2011, para simplificação e adequação às necessidades dos utilizadores; iniciou-se a produção sistemática de informação relativa aos contratos internos, com difusão por diretores de serviço e enfermeiros chefes dos resultados mensais face ao contratado (objetivos de atividade e de custo); definiu-se um novo mapa comparativo da performance da consulta externa. Tomaram-se ainda diversas medidas para garantir a fiabilidade e a prestação atempada de informação<sup>5</sup>, por exemplo: melhoria da identificação dos doentes, em cada contato com o HML; codificação atempada e auditoria da codificação em GDH, com envolvimento dos médicos, diretores e responsáveis dos serviços; melhoria da organização da informação relativa a recursos humanos e a consumos de materiais.
6. Foi definido, aprovado e publicado um plano de redução de desperdício, o qual foi concretizado nos aspetos essenciais tendo por isso o Hospital colhido os benefícios daí decorrentes.
7. No pessoal operou-se a redução do seu número, sem afetar a segurança e qualidade dos cuidados, acompanhada de reorganização de horários médicos, de alteração da dotação dos serviços e da carga horária semanal, em novos recrutamentos de assistentes técnicos e assistentes operacionais, e, finalmente procedeu-se à fixação de objetivos para avaliação de desempenho.
8. Atuação sistemática para obter benefícios na logística: maior recurso a compras centralizadas ou através de concursos; pedido de descontos de preço a fornecedores; revisão de protocolos com o SUCH e a AFUA no sentido de melhorar as contrapartidas e/ou ajustar o âmbito do serviço, quando conveniente.
9. Alterações diversas: procedeu-se a subcontratação da maior parte das análises clínicas<sup>6</sup>, para obtenção de ganhos de eficiência e de tempo de resposta; preparou-se e aprovou-se um protocolo para subcontratação de internamento de residentes com a Santa Casa da Misericórdia do Porto; concretizaram-se três projetos inovadores de saúde mental (PISM) financiados pelo Alto Comissariado de Saúde (ACS); realocização do arquivo clínico na Consulta Externa; instalação de um monta-camas num pavilhão; realocização do SIE; abertura de novo refeitório do pessoal.

<sup>4</sup> Relatório Analítico do Desempenho Económico-financeiro.

<sup>5</sup> Nomeadamente a destinada à tutela e da área económico-financeira.

<sup>6</sup> A partir de maio passaram a ser executadas no Centro Hospitalar do Porto.

### 3.3. Melhoria do controlo

---

1. Nomeação de um auditor interno pelo CA em 14 de janeiro de 2011, com regulamentação da nova função, definição de um plano de auditoria e sua execução com resultados enumerados nos dois relatórios semestrais apresentados. O Hospital foi ainda objeto de três auditorias externas: duas efetuadas pela IGAS focando a redução de desperdício e o sistema de controlo; outra dirigida à tesouraria, solicitada pelo HML a um auditor externo.
2. Foram revistos e renegociados os contratos e protocolos principais, nomeadamente:
  - a. Com o SUCH iniciou-se a pesagem da roupa, renegociou-se o preço da roupa de doentes e fardamentos (reduziu-se a um terço) bem como de contratos de manutenção;
  - b. Com a AFUA procedeu-se à extinção e renegociação de protocolos;
  - c. Revisão do protocolo com o Centro Hospitalar da Póvoa do Varzim/Vila do Conde, EPE;
  - d. Foram iniciados novos contratos visando a redução de custos e a melhoria de serviços, como seja a contratação de transporte de doentes e de pessoal e a aquisição de medicamentos urgentes/fora de horário normal.
3. Foram introduzidas diversas medidas de organização, traduzidas quase sempre em revisão de procedimentos, abrangendo a maioria dos serviços administrativos e de apoio e focando a segregação de funções, a redução de valores em fundo de manuseio e o reforço do controlo de ativos. Sublinhamos pelo seu impacto as alterações efetuadas:
  - a. Na aquisição e gestão de *stocks* nos serviços farmacêuticos e no aprovisionamento, bem como o novo procedimento incidindo sobre o controlo de materiais, serviços e empreitadas;
  - b. No contrato de limpeza com a AFUA;
  - c. No controlo da roupa, seja no peso, no controlo do desaparecimento de peças ou na redução de artigos em *stock* na roupa;
  - d. Na gestão de recursos humanos, seja na identificação e atualização de dados de funcionários, no controlo de elementos variáveis da despesa (por ex., ajudas de custo e horas extraordinárias) e na correta gestão de recrutamentos.
4. Efetuaram-se ainda alterações diversas em procedimentos na área financeira e iniciou-se a contabilização de taxas moderadoras em dívida, do ano e de anos anteriores.

### 3.4. Atividade assistencial

---

A análise da atividade assistencial tem em conta necessariamente os padrões de períodos anteriores, e reflete a missão e os valores do HML.

O Hospital tem vindo a adequar a estrutura dos seus serviços de modo a corresponder progressivamente às necessidades das populações, aplicando os princípios estabelecidos no PNSM 2007-2016 e na Lei de Saúde Mental, privilegiando a prestação de cuidados de ambulatório (consultas externas de psiquiatria geral e especializadas, hospitalização parcial, cuidados domiciliários, reabilitação psicossocial) e a reinserção comunitária dos utentes.



Assinala-se e realça-se que o facto de o número de consultas externas ser inferior em 2011, se deve a que, no primeiro trimestre de 2010, as consultas efetivadas em Santo Tirso/Trofa eram ainda da nossa responsabilidade, pelo que não se podem comparar universos diferentes não obstante corresponderem a períodos homólogos. Acresce ainda o fato de que em 2011 diminuiu o número de médicos.

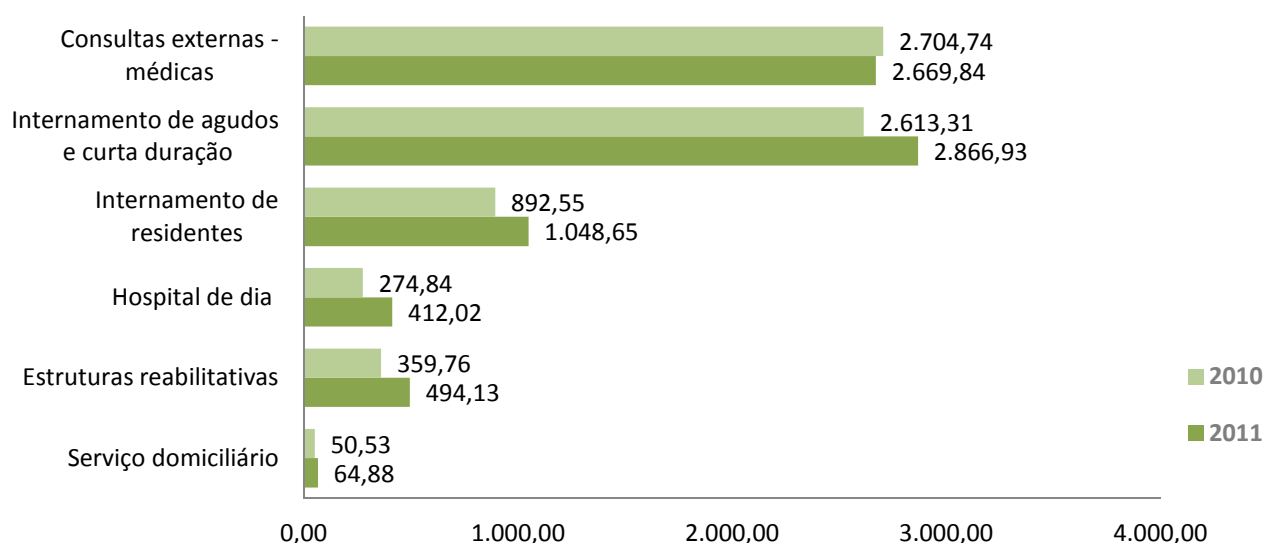
São tópicos relevantes do desempenho do hospital:

- Desenvolvimento qualitativo da atividade do internamento, com decréscimo da demora média e aumento do número de doentes tratados;
- Esse aumento correspondeu ao fato da área afeta para internamento, ter quase duplicado face a 2010;
- Expansão do ambulatório e em particular aumento do n.º de sessões de hospitalização parcial;
- Desenvolvimento dos cuidados domiciliários no acompanhamento e monitorização de doentes psicóticos;
- Continuação da diferenciação da atividade dos serviços na sua globalidade e em particular a criação de condições para a reabilitação psicossocial;
- Colaboração estreita com a Urgência Metropolitana de Psiquiatria, a funcionar no CH S. João, EPE, dando corpo ao preceituado legal que refere o HML, como o único hospital central especializado de psiquiatria da rede do Serviço Nacional de Saúde (SNS) da Região Norte;
- Assinala-se ainda a elevada taxa média de ocupação de doentes residentes, que reflete o aumento das necessidades de resposta para os “doentes mais velhos” e para os doentes portadores de anomalias psíquicas graves, justificando o nosso investimento em estruturas residenciais reabilitativas na comunidade.

No serviço de saúde moderno, a prática clínica precisa de ser melhorada à luz da evidência da eficácia real, embora também haja a considerar os aspetos relacionados com a eficiência e segurança na perspetiva do utente e do cuidador.

A eficácia clínica também se depara com a avaliação de alguns aspetos qualitativos do “cuidar” que uma definição alargada de “cuidado” necessita de englobar. Inclui questões como a continuidade dos cuidados, que é sensível às necessidades individuais dos utentes, e é baseada numa análise holística das suas necessidades em contraponto à eficácia de uma intervenção particular.

Gráfico 1 – evolução da produção assistencial, medida em DEA<sup>7</sup> (2010-2011)



<sup>7</sup> Doentes equivalentes ajustados

**Quadro 8 – evolução da produção total (2010-2011)**

Produção total	2011	2010	Δ 2010/11	Δ% 2010/11
<b>Consultas externas – médicas</b>	<b>43.280</b>	<b>43.859</b>	<b>-579</b>	<b>-1,32%</b>
primeiras consultas	3.529	3.404	125	3,67%
consultas subsequentes	39.751	40.455	-704	-1,74%
% das 1 <sup>as</sup> consultas no total de consultas	8,15%	7,76%	0,39%	5,06%
<b>Internamento</b>				
<b>Internamento de agudos e curta duração</b>				
doentes saídos	3.373	3.075	298	9,69%
dias de internamento de saídos	39.103	37.230	1.873	5,03%
demora média	11,59	12,11	-0,51	-4,25%
<b>Internamento de residentes</b>				
doentes tratados	79	67	12	17,91%
dias de internamento no período	24.060	21.329	2.731	12,80%
<b>Hospital de dia</b>				
nº de sessões	21.933	14.629	7.304	49,93%
doentes tratados	826	286	540	188,81%
<b>Estruturas reabilitativas</b>				
nº de sessões	26.304	19.149	7.155	37,36%
doentes tratados	539	271	268	98,89%
<b>Serviço domiciliário</b>	<b>3.182</b>	<b>2.478</b>	<b>704</b>	<b>28,41%</b>
nº de consultas	254	243	11	4,53%
nº de visitas	2.928	2.235	693	31,01%
<b>Doentes equivalentes ajustados<sup>8</sup></b>	<b>7.556,45</b>	<b>6.895,74</b>	<b>660,71</b>	<b>9,58%</b>
<b>Produtividade global dos RH<sup>9</sup></b>	<b>17,75</b>	<b>15,99</b>	<b>1,76</b>	<b>10,99%</b>

**Fonte:** Gestão Financeira, Estatística e Análise do HML

**Quadro 9 – evolução da produção total – consultas externas (2010-2011)**

Consultas externas	2011	2010	Δ 2010/11	Δ% 2010/11
<b>Psiquiatria</b>				
Primeiras	3.418	3.253	165	5,07%
HML	3.244	2.987	257	8,60%
Saúde Mental na Comunidade	174	266	-92	-34,59%
Subsequentes	39.321	40.000	-679	-1,70%
HML	34.354	34.761	-407	-1,17%
Saúde Mental na Comunidade	4.967	5.239	-272	-5,19%
<b>Medicina interna</b>				
Primeiras	14	16	-2	-12,50%
Subsequentes	36	38	-2	-5,26%
<b>Neurologia</b>				
Primeiras	97	135	-38	-28,15%
Subsequentes	394	417	-23	-5,52%

**Fonte:** Gestão Financeira, Estatística e Análise do HML

<sup>8</sup> DEA – produção assistencial ajustada pelos preços do Contrato-Programa, taxa de doentes equivalentes e ICM.

<sup>9</sup> Produtividade global dos RH = DEA / nº médio de efetivos.

**Quadro 10 – evolução da produção total – internamento (2010-2011)**

Internamento	2011	2010	Δ 2010/11	Δ% 2010/11
<b>Agudos e curta duração</b>				
dias de internamento no período	40.540	39.307	1.233	3,14%
dias de internamento de saídos	39.103	37.230	1.873	5,03%
doentes saídos	3.373	3.075	298	9,69%
demora média	11,59	12,11	-0,51	-4,25%
doentes saídos por cama	30,12	27,46	2,66	9,69%
lotação média praticada	112	112	0	0,00%
taxa média de ocupação	94,06%	96,15%	-2,09 p.p.	-2,17%
<b>Residentes</b>				
dias de internamento	19.203	17.085	2.118	12,40%
doentes saídos	19	7	12	171,43%
doentes em tratamento	47	47	0	0,00%
lotação média praticada	54	48	6	12,50%
taxa média de ocupação	109,53%	97,52%	12,01 p.p.	12,32%
<b>Estruturas residenciais</b>				
dias de internamento	4.857	4.244	613	14,44%
doentes saídos	0	1	-1	-100,00%
doentes em tratamento	13	12	1	8,33%
lotação média praticada	12	12	0	0,00%
taxa média de ocupação	110,81%	100,00%	10,81 p.p.	10,81%

**Fonte:** Gestão Financeira, Estatística e Análise do HML

## Contrato-Programa 2011

**Quadro 11 – evolução da produção SNS (2010-2011) e grau de realização do Contrato-Programa 2011**

Produção SNS	2011	2010	Δ 2010/11	Δ% 2010/11	cp2011	% realização
<b>1. Consultas externas</b>						
primeiras consultas	3.503	3.382	121	3,58%	3.500	100,09%
consultas subsequentes	39.524	40.132	-608	-1,52%	39.366	100,40%
<b>2. Internamento</b>						
doentes saídos	3.343	3.050	293	9,61%	3.219	103,85%
dias de internamento de doentes crónicos						
Psiquiatria	19.203	17.085	2.118	12,40%	17.400	110,36%
reabilitação psicossocial	4.857	4.244	613	14,44%	4.500	107,93%
<b>5. Sessões em hospital de dia</b>						
Psiquiatria	21.743	14.518	7.225	49,77%	21.000	103,54%
unidades sócio-ocupacionais	22.897	16.986	5.911	34,80%	15.000	152,65%
<b>9. Serviços domiciliários</b>						
visitas domiciliárias	3.168	2.462	706	28,68%	2.502	126,62%

**Fonte:** Gestão Financeira, Estatística e Análise do HML

**Quadro 12 – evolução da produção SNS - GDH (2010-2011)**

GDH	2011	2010	Δ% 2010/11
doentes saídos	3.343	3.050	14,10%
doentes equivalentes	2.653,88	2.363,00	23,30%
índice de <i>case-mix</i>	1,0479	1,0364	-0,70%

**Fonte:** Gestão Financeira, Estatística e Análise do HML

**Quadro 13 – cumprimento dos objetivos do Contrato-Programa 2011**

**CP2011 - ANEXO III - objectivos de qualidade e eficiência**

Áreas	Indicador		2011	
A. Assistencial	A.1 Dias internamento completo / Sessões internamento parcial	≤ 1,9	1,3	✓
	A.2 Dias internamento agudos / Sessões hospital de dia	≤ 2,65	1,85	✓
	A.3 Dias internamento agudos / Dias int. residentes e reab. psicossocial	≥ 1,7	1,7	✓
	A.4 Demora Média (Agudos)	≤ 14	13,4	✓
	A.5 Taxa de ocupação internamento agudos	≥ 85%	104,5%	✓
	A.6 Taxa de ocupação internamento residentes	≥ 90%	109,5%	✓
	A.7 Taxa de ocupação reabilitação psicossocial	≥ 90%	110,8%	✓
C. Objectivos	Tempo máximo de espera para a 1ª consulta (dias)	≤66	187	✗
Institucionais da Região	% de primeiras consultas	≥8,5%	8,6%	✓

**Fonte:** Gestão Financeira, Estatística e Análise do HML

Todos os objectivos da área assistencial fixados no Contrato-Programa de 2011 foram cumpridos e apenas um dos institucionais – tempo máximo de espera para a 1ª consulta, ficou por cumprir, resultando na obtenção de 207.721,48€ em incentivos.

# 4.

## Gestão da qualidade

### 4.1. Sistema de gestão da qualidade (SGQ)

O Hospital de Magalhães Lemos, EPE obteve a Reacreditação e a Certificação ISO 9001:2008 pelo CHKS, por deliberação do *Accreditation Awards Panel*, com validade pelo período de três anos a contar do mês de Julho de 2010, data de realização da auditoria global externa. A adesão ao processo de acreditação foi realizada no ano de 2005, ao abrigo do protocolo entre a referida entidade britânica e o Instituto da Qualidade em Saúde, serviço do Ministério da Saúde que, até à sua extinção pelo PRACE, foi responsável pela promoção e coordenação das políticas e projetos de gestão da qualidade das unidades de saúde do Serviço Nacional de Saúde.

A acreditação consiste no reconhecimento formal, por parte de uma entidade internacional prestigiada, externa e independente, das competências, capacidade e práticas desenvolvidas, pelo que a manutenção dos padrões de qualidade a todos os níveis da prestação dos cuidados tem constituído um grande desafio e responsabilidade que envolve todos os profissionais e constitui uma das principais prioridades estratégicas do hospital.

O hospital aderiu de igual modo, no ano de 2005, ao *International Quality Indicator Project*, projeto internacional também lançado pelo extinto Instituto da Qualidade em Saúde e coordenado pela Direção-Geral da Saúde até Dezembro de 2009.

Este projeto assegura a participação do hospital num processo de avaliação e monitorização continuada do actividade clínica do hospital, permitindo *benchmarking* nacional e internacional de indicadores, bem como, comparação retrospectiva da actividade do hospital.

Uma vez alcançada a acreditação, o hospital procedeu à reorganização das estruturas de gestão e apoio da qualidade no sentido de garantir a sua sustentabilidade, com eficiência e melhor adequação dos recursos afetos. Neste sentido, foi criado um Gabinete de Gestão da Qualidade, que depende diretamente do Conselho de Administração, ao qual compete a gestão integrada do sistema da qualidade e de acreditação e a coordenação global do processo de melhoria contínua

A prossecução, continuada e sistemática, de programas de auditoria interna encontra-se adstrita à função Auditoria Interna, na sequência de despacho emitido pelo Conselho de Administração em 14 de Janeiro de 2011.



## 4.2. Gestão do risco

---

Uma das principais componentes do SGQ é constituída pela *gestão do risco*, que se encontra funcionalmente desdobrada na gestão do risco não clínico e na gestão do risco clínico.

Desde 2009, foi disponibilizado na *intranet* do HML um sistema informático de notificação de eventos adversos, denominado Sistema Informatizado de Gestão do Risco (SIGR), que se encontra inserido no ambiente de trabalho de cada utilizador. Este sistema permite a visualização e consulta *online* das notificações realizadas, a consulta por variáveis, a definição de ações corretivas ou preventivas e a elaboração de relatórios periódicos.

## 4.3. Auditorias

---

Outro elemento essencial à governação clínica e não clínica do HML, EPE é constituído pelo plano de auditorias que contempla áreas identificadas como relevantes para a melhoria do desempenho global do hospital e recorre a equipas multidisciplinares adequadas a temática em causa, no cumprimento das mais recentes recomendações e boas práticas. Em 2011, foram realizadas auditorias nas seguintes áreas:

### Auditorias realizadas em 2011

#### Contexto contabilístico-financeiro

Gestão de contratos: protocolo HML, EPE / SUCH (lavandaria)  
Processo de tesouraria do HML, EPE  
Taxas moderadoras

#### Contexto informático

Dados mestre (aplicação RHV)  
Sistema de informação do HML, EPE

#### Contexto operacional

Acontecimentos adversos	Medidas de restrição/isolamento
Alimentação	Plano individual de cuidados
Codificação dos processos clínicos	Práticas de ressuscitação e anafilaxia
Controlo da infeção	Processo clínico
Direitos e deveres dos doentes	Registos de enfermagem
Eficiência hídrica	Resíduos hospitalares
Electroconvulsivoterapia (ECT)	Resultados terapêuticos esperados/alcançados
Erros de medicação	Satisfação dos utentes
Formação	Satisfação e motivação dos funcionários
Hábitos de prescrição e polimedicação	Sistema de gestão de reclamações de utentes
Higiene e segurança	Stocks desconcentrados de medicamentos
Internamentos inapropriados	

# 5.

## Recursos humanos

### 5.1. Recursos humanos

Verificou-se uma diminuição de efectivos relativamente a 2010, em grande parte devido ao número de aposentações notificadas ao HML, EPE ao longo do ano de 2011, bem como às situações de saída por cedência de interesse público, licenças sem vencimento e rescisões de contrato.

Quadro 14 – nº de colaboradores por grupo profissional, segundo o vínculo

31/12/2011	CFPTI	CFPTRC	CSLVCR	CITST	CITTRC	
Dirigente superior	3	-	1	-	-	4
Dirigente intermédio	1	-	-	-	1	2
Técnico superior	10	-	-	4	-	14
Assistente técnico	33	-	-	4	3	40
Assistente operacional						
Auxiliar de acção médica	63	-	-	3	15	81
Operário	9	-	-	-	-	9
Outro	39	-	-	-	-	39
Informático	1	-	-	1	-	2
Médico	32	22	-	-	-	54
Enfermeiro	91	-	-	18	20	129
Técnico superior de saúde	13	-	-	1	1	15
Téc. Diagnóstico e terapêutica	7	-	-	1	2	10
Outro pessoal	1	-	-	1	-	2
	303	22	1	33	42	401

**Fonte:** Gestão de Recursos Humanos do HML

**Legenda:** CTFPTI - Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado;

CTFPTRC - Contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo;

CSLVCR - Comissão de serviço no âmbito da Lei de Vínculo, Carreiras e Remunerações dos TFP;

CITST - Contrato individual de trabalho sem termo, Código do Trabalho;

CITTRC - Contrato individual de trabalho com termo resolutivo certo, Código Trabalho.

Quadro 15 – nº de prestadores de serviços

2011	
Tarefas	0
Avenças	5

**Fonte:** Gestão de Recursos Humanos do HML

As situações de prestação de serviços referem-se ao técnico oficial de contas e à actividade de coordenação técnica dos *ateliers* de reabilitação, nomeadamente monitores, a tempo parcial, de educação física, natação e informática.

**Quadro 16 – nº de colaboradores por grupo profissional, segundo o escalão etário**

	20	25	30	35	40	45	50	55	60		
31/12/2011	24	29	34	39	44	49	54	59	64	≥65	
Dirigente superior	-	-	-	-	-	-	2	1	1	-	4
Dirigente intermédio	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	2
Técnico superior	-	1	1	3	3	3	1	1	1	-	14
Assistente técnico	-	2	6	4	2	8	9	7	2	-	40
Assistente operacional											
Auxiliar de acção médica	5	2	4	13	6	16	14	17	3	1	81
Operário	-	-	-	-	1	1	3	2	1	1	9
Outro	-	-	1	3	2	14	10	5	3	1	39
Informático	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	2
Médico	-	12	9	-	1	8	11	9	4	-	54
Enfermeiro	3	25	18	16	16	21	21	8	1	-	129
Técnico superior de saúde	-	1	1	-	4	5	1	3	-	-	15
Técnico diagnóstico e terapêutica	-	3	-	3	3	1	-	-	-	-	10
Outro pessoal	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	2
	8	46	43	43	38	77	72	54	17	3	401

**Fonte:** Gestão de Recursos Humanos do HML

**Quadro 17 – nº de colaboradores por grupo profissional, segundo o género**

31/12/2011	M	F	
Dirigente superior	4	0	4
Dirigente intermédio	1	1	2
Técnico superior	0	14	14
Assistente técnico	7	33	40
Assistente operacional			
Auxiliar de acção médica	17	64	81
Operário	7	2	9
Outro	11	28	39
Informático	2	-	2
Médico	21	33	54
Enfermeiro	36	93	129
Técnico superior de saúde	0	15	15
Técnico diagnóstico e terapêutica	2	8	10
Outro pessoal	1	1	2
	109	292	401

**Fonte:** Gestão de Recursos Humanos do HML

**Quadro 18 – evolução do absentismo, por grupo profissional (2010-2011)**

	faltas (dias)			absentismo %		
	2010	2011	Δ% 2010/11	2010	2011	Δ% 2010/11
Assistente Operacional	4.703	4.244	-9,8%	15,1%	15,0%	-0,7%
Assistente Técnico	2.073	1.420	-31,5%	20,9%	16,6%	-21,0%
Conselhos de Administração	3	0	-100,0%	0,3%	0,0%	-100,0%
Outro Pessoal	0	0	-	0,0%	0,0%	-
Pessoal de Enfermagem	1.606	2.009	25,1%	5,5%	7,1%	29,9%
Pessoal de Informática	5	2	-60,0%	1,1%	0,5%	-60,0%
Pessoal Dirigente	19	16	-15,8%	4,3%	3,6%	-15,8%
Pessoal Docente	0	7	-	0,0%	1,1%	-
Pessoal em formação pré carreira	45	202	348,9%	1,0%	4,4%	348,9%
Pessoal Médico	266	411	54,5%	3,4%	5,8%	73,8%
Pessoal Técnico de Diagnóstico e Terapêutica	229	87	-62,0%	7,4%	4,0%	-46,8%
Pessoal Técnico Superior de Saúde	275	265	-3,6%	7,8%	8,0%	2,8%
Técnico Superior	212	93	-56,1%	6,9%	3,0%	-56,1%
<b>HML</b>	<b>9.436</b>	<b>8.756</b>	<b>-7,2%</b>	<b>9,93%</b>	<b>9,93%</b>	<b>0,0%</b>

**Fonte:** Gestão de Recursos Humanos do HML

## 5.2. Formação contínua e formação qualificante

A formação contínua tem sido entendida pelo CA do HML como um dos elementos base da governação institucional, clínica e não clínica. O plano de formação contínua foi definido em estreita ligação com os responsáveis dos serviços e o SGQ respondendo, aliás, às necessidades identificadas no âmbito do processo de acreditação e, mais especificamente, nas conclusões da actividade de gestão do risco, da análise dos incidentes e acidentes registados e das reclamações dos utentes.

Em simultâneo, a abertura do hospital a estagiários das mais diversas áreas constitui um motor de inovação e dinamismo que recebeu os melhores apoios internos e evidência de resultados.

**Quadro 19 – plano de formação 2011**

Designação da ação	formandos	horas
Cuidados Integrados na Recuperação de Pessoas com Doença Mental Grave	26	364
Psicofarmacologia (anti -psicóticos, antidepressivos, estabilizadores do humor) <sup>10</sup>	27	162
Qualidade e Técnicas de Auditoria na área da Saúde	21	294
Risco Clínico / Não Clínico <sup>11</sup>	38	228
Segurança dos Doentes 2 <sup>11</sup>	267	534
Segurança na Instituição 1 <sup>11</sup>	5	70
Segurança na Instituição 2 <sup>11</sup>	227	454
SICO / SINAVE	24	96
Suporte Básico de Vida 1 <sup>11</sup>	6	42
Suporte Básico de Vida 2 <sup>11</sup>	239	478
Suporte Básico de Vida e Desfibrilhação Automática Externa <sup>11</sup>	46	368
	<b>926</b>	<b>3090</b>

**Fonte:** Centro de formação contínua do HML

<sup>10</sup> Formação obrigatória para os profissionais que intervêm no circuito do fármaco.

<sup>11</sup> Reciclagens/formações que fazem parte do plano de formações obrigatórias.

Acresce a esta actividade o ensino pós-graduado na área da medicina, nomeadamente no quadro dos internatos médicos, sendo que durante o ano de 2011 o HML contou com 26 médicos internos da especialidade de psiquiatria e 33 de outras instituições.

**Quadro 20 – internato médico 2011**

	internos
HML – psiquiatria	26
Outras instituições:	
psiquiatria	8
pedopsiquiatria	4
neurologia	4
medicina geral e familiar	17
	<b>59</b>

**Fonte:** Serviço de formação e investigação do HML

### 5.3. Higiene, segurança e saúde no trabalho

O HML dispõe de um serviço de higiene, segurança e saúde no trabalho, que em 2011 realizou um total de 232 exames distribuídos conforme quadro abaixo.

**Quadro 21 – atividades de medicina no trabalho 2011**

	número
Exames médicos efetuados:	
Exames de admissão	16
Exames periódicos	204
Exames ocasionais e complementares	12
	<b>232</b>
Visitas aos postos de trabalho	12

**Fonte:** Gabinete de risco do HML

**Quadro 22 – ações de formação e sensibilização 2011**

	número
Ações realizadas durante o ano	2
Trabalhadores abrangidos pelas ações realizadas	232

**Fonte:** Gestão de Recursos Humanos do HML

Os custos relacionados com a prevenção de acidentes e doenças profissionais ascenderam a 31.165,71€, repartidos pelas rubricas abaixo mencionadas.

**Quadro 23 – Custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais 2011**

	valor
Encargos de estrutura de medicina e segurança no trabalho	10.836,00
Equipamento de protecção	16.272,73
Formação em prevenção de riscos	4.056,98
Outros custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais	0,00
	<b>31.165,71</b>

**Fonte:** Gestão de Recursos Humanos do HML



# 6.

## Análise económica e financeira<sup>12</sup>

Com a passagem do Hospital de Magalhães Lemos a Entidade Pública Empresarial em 1 de Fevereiro de 2009, todos os valores apresentados de 2009 referem-se apenas a 11 meses. Esta situação dificulta a análise dos indicadores económico-financeiros por não permitir a uma visão crítica sobre a sua evolução.

### 6.1. Desempenho económico-financeiro

No exercício de 2011 o HML apresentou um resultado líquido de 1.358.613,95€.

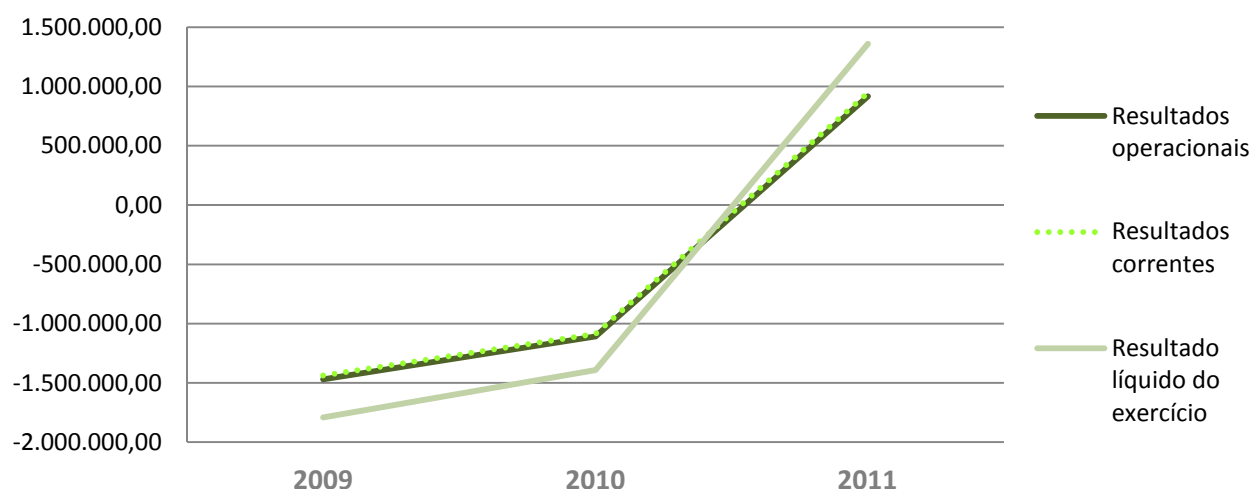
Quadro 24 – evolução dos resultados (2009-2011)

Resultados	2009	2010	2011	Δ% 2010/11	Δ% 2009/11
Resultados operacionais (RO)	-1.470.354,84	-1.108.608,37	916.040,62	182,6%	162,3%
Resultados financeiros (RF)	32.775,12	21.807,76	29.026,67	33,1%	-11,4%
Resultados correntes (RC)	-1.437.579,72	-1.086.800,61	945.067,29	187,0%	165,7%
Resultados antes de impostos (RAI)	-1.786.439,20	-1.385.730,66	1.363.797,73	198,4%	176,3%
Resultado líquido do exercício (RLE)	-1.791.362,26	-1.391.950,24	1.358.613,95	197,6%	175,8%

**Fonte:** Gestão Financeira, Estatística e Análise do HML

O RLE registou uma evolução positiva de 198% em 2011 face a 2010 e os RO melhoraram em 183% face aos registados em 2010, cumprindo amplamente as metas fixadas pelo CA para 2011.

Gráfico 2 – evolução dos resultados (2009-2011)



Esta melhoria resulta da evolução das principais rubricas de proveitos e custos operacionais.

<sup>12</sup> Todos os valores são expressos em Euros.

**Quadro 25 – evolução dos proveitos (2010-2011) e grau de realização do CP 2011**

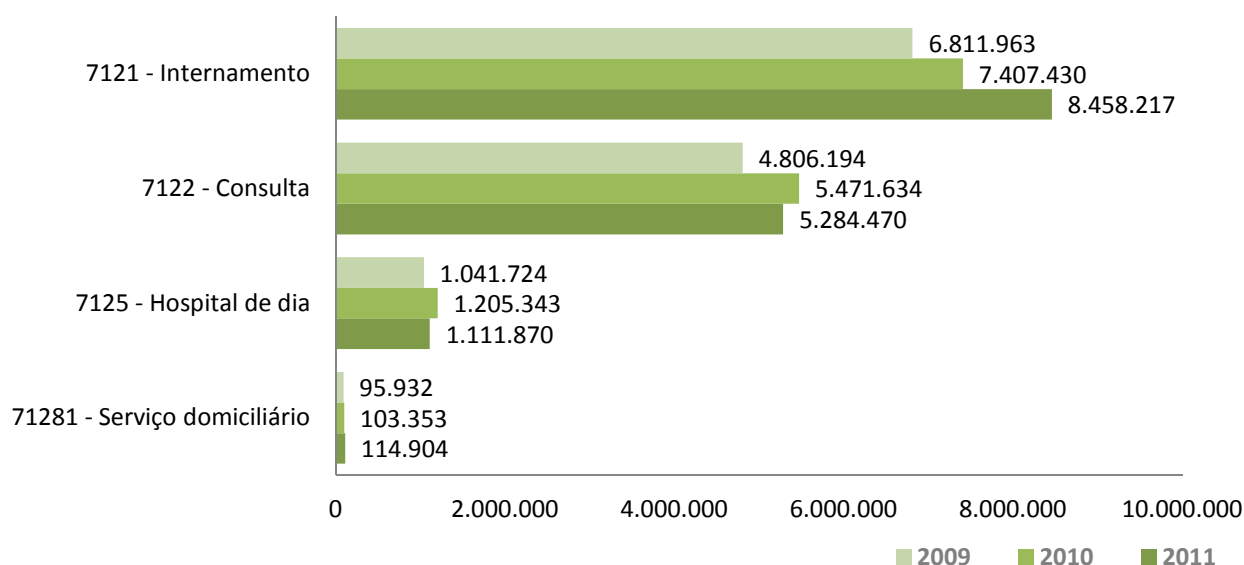
<b>Proveitos</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>Δ%</b> <b>2010/2011</b>	<b>CP 2011</b>	<b>% realização</b> <b>CP 2011</b>
71 - Vendas e prestações de serviços	18.513.776,32	18.130.207,58	2,12%	18.531.988,46	99,90%
72 - Impostos	0,00	0,00	0,00%	0,00	-
73 - Proveitos suplementares	30.602,99	24.910,40	22,85%	0,00	-
74 - Transf <sup>as</sup> e subsídios correntes obtidos	127.112,41	80.757,64	57,40%	159.130,00	79,88%
75 - Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00	0,00%	0,00	-
76 - Outros proveitos e ganhos operacionais	502.878,43	870.772,68	-42,25%	1.022.500,00	49,18%
<b>Proveitos operacionais</b>	<b>19.174.370,15</b>	<b>19.106.648,30</b>	<b>0,35%</b>	<b>19.713.618,46</b>	<b>97,26%</b>
78 - Proveitos e ganhos financeiros	29.606,16	21.985,52	34,66%	15.000,00	197,37%
79 - Proveitos e ganhos extraordinários	720.200,03	78.602,44	816,26%	50.000,00	1440,40%
<b>Proveitos - total</b>	<b>19.924.176,34</b>	<b>19.207.236,26</b>	<b>3,73%</b>	<b>19.778.618,46</b>	<b>100,74%</b>

**Fonte:** Gestão Financeira, Estatística e Análise do HML

Os valores contabilizados em prestações de serviços correspondem na sua maioria a previsões de faturação pelos serviços prestados ao SNS, com base nos preços definido no CP 2011.

A receita média por doente tratado (proveitos totais/DEA) diminuiu 5,34% em 2011 face a 2010.

**Gráfico 3 – evolução das prestações de serviços assistenciais (2009-2011)**



**Quadro 26 – evolução dos custos (2010-2011) e grau de realização do CP 2011**

<b>Custos</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>Δ%</b> <b>2010/2011</b>	<b>CP 2011</b>	<b>% realização</b> <b>CP 2011</b>
61 - CMVMC	1.295.773,90	1.400.070,02	-7,45%	1.449.370,00	89,40%
62 - Fornecimentos e serviços externos	4.779.140,83	5.030.063,68	-4,99%	4.856.912,84	98,40%
63 - Transferências correntes concedidas	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
64 - Custos com pessoal	11.621.947,73	13.271.417,55	-12,43%	12.801.838,07	90,78%
65 - Outros custos e perdas operacionais	43.034,59	12.385,12	247,47%	13.000,00	331,04%
66 - Amortizações do exercício	471.961,76	501.320,30	-5,86%	652.737,32	72,31%
67 - Provisões do exercício	46.470,72	0,00	0,00%	0,00	-
<b>Custos operacionais</b>	<b>18.258.329,53</b>	<b>20.215.256,67</b>	<b>-9,68%</b>	<b>19.773.858,23</b>	<b>92,34%</b>
68 - Custos e perdas financeiras	579,49	177,76	226,00%	790,00	73,35%
69 - Custos e perdas extraordinárias	301.469,59	377.532,49	-20,15%	50.000,00	602,94%
<b>Custos - total</b>	<b>18.560.378,61</b>	<b>20.592.966,92</b>	<b>-9,87%</b>	<b>19.824.648,23</b>	<b>93,62%</b>

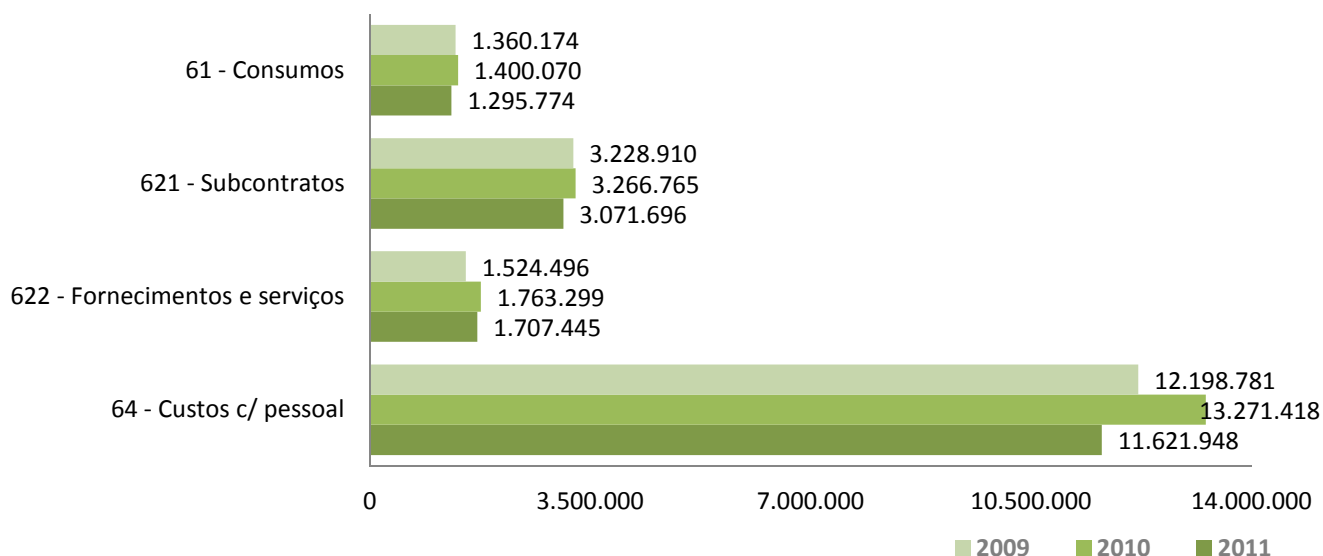
**Fonte:** Gestão Financeira, Estatística e Análise do HML

Esta evolução positiva nos custos ficou a dever-se sobretudo a:

- redução de 12% verificada nos custos com pessoal, resultante da concretização das medidas de contenção das despesas com pessoal, tomadas pelo CA e das previstas nas alíneas q) e t) do nº 9 do artigo 19º da Lei nº 55-A/2010 – LOE 2011, de 31/Dezembro, nos artigos 11.º e 12.º da Lei nº 12-A/2010, de 30/Junho, e no artigo 21º da Lei nº 64-B/2011 – LOE 2012, de 30/Dezembro;
- evolução favorável dos custos com consumos (-7,5%) e dos fornecimentos e serviços externos (-5%).

O custo unitário médio do doente tratado (custos totais/DEA) diminuiu, de 2010 para 2011, em 17,81%.

Gráfico 4 – evolução dos principais custos operacionais (2009-2011)



Face ao planeado no Contrato-Programa para 2011, o orçamento económico foi executado dentro do previsto, com um grau de realização de 93,6% nos custos e 100% nos proveitos estimados.

Quadro 27 – cumprimento dos objetivos do Contrato-Programa 2011

CP2011 - ANEXO III - objectivos de qualidade e eficiência

Áreas	Indicador		2011	
B. Desempenho económico-financeiro	B.1 Δ% custos c/ pessoal	≤ -5%	-12,4%	✓
	B.2 Custos Consumos (%)	≤ 1,5%	-7,4%	✓
	B.3 Custos FSE (%)	≤ 0%	-5,0%	✓
	B.4 Peso dos custos c/ pessoal ajustados nos proveitos operacionais (%)	≤ 62,5%	61,1%	✓
	B.5 Resultados operacional (€)	≥ -59.954,43	916.040,62	✓

Fonte: Gestão Financeira, Estatística e Análise do HML

Todos objectivos económico-financeiros fixados no Contrato-Programa de 2011 foram cumpridos, resultando na obtenção de 75.535,08€ em incentivos.

## 6.2. Análise financeira e patrimonial

No exercício de 2011, as principais rubricas do balanço do HML registaram os valores do quadro abaixo, apresentando uma situação líquida de 16.661.304,96€.

O valor da rubrica do balanço “**Património**” foi regularizado no 2º trimestre de 2009 de 19.657.224,85€ para os 20.000.000,00€ mencionados no nº 3 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 27/2009, de 27 de Janeiro, a título de capital estatutário, lançando-se por contrapartida 342.775,15€ na conta 2661 – Outros Devedores e Credores - Subscritores de Capital – Estado, segundo orientação da ACSS, mantendo-se inalterado até novas instruções.

Quadro 28 – evolução das rubricas do balanço 2009-2011

Balanço	2009	2010	2011	Δ% 2010/11	Δ% 2009/11
Imobilizado líquido	19.235.908,21	17.618.344,56	17.382.284,19	-1,3%	-9,6%
Ativo circulante	5.180.122,56	5.234.539,19	5.047.920,63	3,70%	-2,55%
Acréscimos e diferimentos	15.081.640,56	14.729.298,93	15.330.082,70	-3,92%	1,65%
<b>Ativo líquido</b>	<b>39.497.671,33</b>	<b>37.582.182,68</b>	<b>37.760.287,52</b>	-0,47%	-4,40%
<b>Fundos próprios</b>	<b>18.208.637,74</b>	<b>15.302.191,01</b>	<b>16.661.304,96</b>	-8,16%	-8,50%
Dívidas a terceiros de curto prazo	18.504.287,96	19.505.610,92	19.062.856,79	2,32%	3,02%
Acréscimos e diferimentos	2.784.745,63	2.774.380,75	2.036.125,77	36,26%	-26,88%
<b>Passivo</b>	<b>21.289.033,59</b>	<b>22.279.991,67</b>	<b>21.098.982,56</b>	5,60%	-0,89%
<b>Fundos próprios e Passivo</b>	<b>39.497.671,33</b>	<b>37.582.182,68</b>	<b>37.760.287,52</b>	-0,47%	-4,40%

Fonte: Gestão Financeira, Estatística e Análise do HML

### Rácios/indicadores financeiros do HML

Todos os indicadores apresentados foram calculados directamente a partir dos valores constantes no balanço e na demonstração de resultados, estando, desde logo, condicionados pelos 16.471.078,61€ inscritos na rubrica de adiantamentos de clientes.

Este montante é justificado pelo facto do HML não ter começado ainda a faturar os serviços prestados em 2011 ao SNS, situação que só será corrigida em 2012.

Quadro 29 – evolução dos rácios de liquidez 2009-2011

	2009	2010	2011
Cash-flow do exercício	-1.388.881,13	-890.629,94	1.877.046,43
Liquidez			
Geral	95,17%	89,60%	96,58%
Reduzida	93,85%	88,48%	95,83%
Imediata	15,06%	13,09%	12,65%

Fonte: Gestão Financeira, Estatística e Análise do HML

As disponibilidades imediatas do HML permitem cumprir com 12,65% das responsabilidades de curto prazo assumidas. Adicionando-lhe as dívidas de terceiros e as existências, as obrigações de curto prazo são cobertas em cerca de 96,6%.

**Quadro 30 – evolução dos rácios de solvabilidade 2009-2011**

	2009	2010	2011
Autonomia financeira	46,10%	40,72%	44,12%
Solvabilidade	85,53%	68,68%	78,97%
Endividamento	116,92%	145,60%	126,63%

**Fonte:** Gestão Financeira, Estatística e Análise do HML

No final de 2011, os capitais próprios do HML financiam 44% do ativo, mais cerca de 4% que em 2010, e cobrem 79% das responsabilidades do Hospital, face aos 69% de 2010. O passivo apresenta um valor superior aos fundos próprios em 26,6%. Estes rácios apresentam valores que não reflectem a realidade da situação financeira e serão corrigidos quando o HML facturar a prestação de serviços realizada em 2011 ao SNS.

**Quadro 31 – evolução dos rácios de rentabilidade 2009-2011**

	2009	2010	2011
Líquida das vendas	-10,77%	-7,68%	7,34%
Ativo	-3,72%	-2,95%	2,43%
Capitais próprios	-9,84%	-9,10%	8,15%

**Fonte:** Gestão Financeira, Estatística e Análise do HML

Os rácios de rentabilidade passam todos a apresentar valores positivos em 2011 em virtude do resultado líquido do exercício passar também a positivo.

### 6.3. Demonstrações financeiras

De seguida, apresentam-se as principais demonstrações financeiras, nomeadamente:

- Balanço – Ativo;
- Balanço – Capitais próprios e Passivo;
- Demonstração dos resultados por natureza;
- Demonstração dos fluxos de caixa;
- Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados.



**Balanço – Ativo****2011****2010**

	Ativo bruto	Amortizações/ Provisões	Ativo líquido	Ativo líquido
<b>Imobilizado:</b>				
<b>Imobilizações incorpóreas:</b>				
431 Despesas de instalação	5.400,00	5.013,02	386,98	1.062,66
432 Despesas investigação e desenvolvimento				
441/6 Imobilizações em curso				
449 Adiantamento p/ conta imob. incorpóreas				
	5.400,00	5.013,02	386,98	1.062,66
<b>Imobilizações Corpóreas:</b>				
421 Terrenos e recursos naturais	8.240.100,00		8.240.100,00	8.240.100,00
422 Edifícios e outras construções	12.151.091,77	3.567.748,76	8.583.343,01	8.594.495,23
423 Equipamento básico	1.482.881,63	1.171.227,79	311.653,84	391.591,32
424 Equipamento de transporte	122.505,77	97.392,31	25.113,46	3.552,71
425 Ferramentas e utensílios	25.052,82	24.000,85	1.051,97	1.379,54
426 Equipamento administrativo e informático	1.833.469,20	1.667.209,88	166.259,32	314.574,01
427 Taras e vasilhame				
429 Outras imobilizações corpóreas	271.011,82	216.636,21	54.375,61	71.589,09
441/6 Imobilizações em curso				
448 Adiantamento p/ conta imobilizações corpóreas				
	24.126.113,01	6.744.215,80	17.381.897,21	17.617.281,90
<b>Investimentos Financeiros</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Circulante:</b>				
<b>Existências:</b>				
36 Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	158.101,44	0,00	158.101,44	249.709,30
35 Produtos e trabalhos em curso				
32 Mercadorias				
37 Adiantamentos p/ conta de compras				
	158.101,44	0,00	158.101,44	249.709,30
<b>Dívidas de terceiros - médio-longo prazo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Dívidas de terceiros - curto prazo:</b>				
211 Clientes, c/c	193.654,10		193.654,10	370.609,11
213 Utentes c/c				
215 Instituições do Estado	743.420,38		743.420,38	215.045,06
218 Clientes de cobrança duvidosa	79.334,78		32.864,06	70.668,03
229 Adiantamentos a fornecedores				
2619 Adiantamentos a fornecedores de imobilizado				
24 Estado e Outros Entes Públicos				
262+266+267+268+221 Outros devedores	1.250.738,70		1.250.738,70	1.411.510,00
	2.267.147,96	46.470,72	2.220.677,24	2.067.832,20
<b>Títulos negociáveis:</b>				
151 Ações				
152 Obrigações e títulos de participação				
153 Títulos de Dívida Pública				
159 Outros títulos				
18 Outras aplicações de tesouraria				
	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Depósitos bancários e caixa:</b>				
12 Depósitos bancários	2.662.766,31		2.662.766,31	4.375,89
11 Caixa	6.375,64		6.375,64	2.912.621,80
	2.669.141,95		2.669.141,95	2.916.997,69
<b>Acréscimos e diferimentos:</b>				
271 Acréscimos de proveitos	15.328.681,81		15.328.681,81	14.727.849,04
272 Custos Diferidos	1.400,89		1.400,89	1.449,89
	15.330.082,70		15.330.082,70	14.729.298,93
<b>Total de Amortizações</b>		<b>6.749.228,82</b>		
<b>Total de Provisões</b>		<b>46.470,72</b>		
<b>Total do Ativo</b>	<b>44.555.987,06</b>	<b>6.795.699,54</b>	<b>37.760.287,52</b>	<b>37.582.182,68</b>

<b>Balanço – Fundos Próprios e Passivo</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>Fundos próprios:</b>		
51 Património	20.000.000,00	20.000.000,00
<b>Reservas:</b>		
571 Reservas legais		
572 Reservas estatutárias		
574 Reservas livres		
575 Subsídios		
576 Doações		
59 Resultados transitados	-4.697.808,99	-3.305.858,75
	15.302.691,01	16.694.141,25
88 Resultado Líquido do Exercício	1.358.613,95	-1.391.950,24
<b>Total dos Fundos Próprios</b>	<b>16.661.304,96</b>	<b>15.302.191,01</b>
<b>Passivo:</b>		
<b>Provisões:</b>		
291 Provisões para pensões		
292 Provisões para impostos		
293/8 Outras provisões		
	0,00	0,00
<b>Dívidas a terceiros - médio-longo prazo:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Dívidas a terceiros - curto prazo:</b>		
231+12 Dívidas a instituições de crédito		
269 Adiantamentos p/ conta de vendas		
221 Fornecedores c/c	87.923,76	233.724,20
228 Fornecedores – faturas rececionadas para conferência	17.071,63	17.071,63
222 Fornecedores - títulos a pagar		
2612 Fornecedores de imobilizado – títulos a pagar		
252 Empresas do grupo		
219 Adiantamentos de clientes	16.471.078,61	16.652.304,19
239 Outros empréstimos obtidos		
2611 Fornecedores de imobilizado c/c	69.438,78	69.130,83
24 Estado e Outros Entes Públicos	297.599,59	147.425,89
262+263+264+265+267+268+211 Outros credores	2.119.744,42	2.385.954,18
	19.062.856,79	19.505.610,92
<b>Acréscimos e diferimentos:</b>		
273 Acréscimos de custos	777.285,22	1.497.681,08
274 Proveitos diferidos	1.258.840,55	1.276.699,67
	2.036.125,77	2.774.380,75
<b>Total do Passivo</b>	<b>21.098.982,56</b>	<b>22.279.991,67</b>
<b>Total dos Fundos Próprios e Passivo</b>	<b>37.760.287,52</b>	<b>37.582.182,68</b>

## Demonstração dos resultados

Custos e Perdas		2011		2010
61	Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas			
612	Mercadorias			
616	Matérias de Consumo	1.295.773,90	1.295.773,90	1.400.070,02
62	Fornecimentos e serviços externos		4.779.140,83	5.030.063,68
	Custos com o pessoal:			
641+ 642	Remunerações	8.805.180,95		10.339.022,47
643 + 644	Pensões	1.206.661,10		1.403.422,41
645 / 8	Outros	1.610.105,68	11.621.947,73	1.528.972,67
66	Amortizações e ajustamentos do exercício	471.961,76		501.320,30
67	Provisões		518.432,48	501.320,30
63	Impostos			
65	Outros custos operacionais	43.034,59	43.034,59	12.385,12
	(A)		18.258.329,53	20.215.256,67
68	Custos e perdas financeiras		579,49	177,76
	(C)		18.258.909,02	20.215.434,43
69	Custos e perdas extraordinários		301.469,59	377.532,49
	(E)		18.560.378,61	20.592.966,92
	Imposto sobre o rendimento do exercício		5.183,78	6.219,58
	(G)		18.565.562,39	20.599.186,50
88	Resultado Líquido do Exercício		1.358.613,95	-1.391.950,24
			19.924.176,34	19.207.236,26
Proveitos e Ganhos				
71	Vendas e prestações de serviços			
711	Vendas			
712	Prestações de serviços	18.513.776,32	18.513.776,32	18.130.207,58
75	Trabalhos para a própria empresa			
74	Transferências e subsídios correntes obtidos	127.112,41		80.757,64
73 + 76 + 77	Outros proveitos operacionais	533.481,42	660.593,83	895.683,08
	(B)		19.174.370,15	19.106.648,30
78	Proveitos e ganhos financeiros	29.606,16	29.606,16	21.985,52
	(D)		19.203.976,31	19.128.633,82
79	Proveitos e ganhos extraordinários		720.200,03	78.602,44
	(F)		19.924.176,34	19.207.236,26
	Resultados Operacionais (B)-(A)		916.040,62	-1.108.608,37
	Resultados financeiros (D-B)-(C-A)		29.026,67	21.807,76
	Resultados correntes (D)-(C)		945.067,29	-1.086.800,61
	Resultados antes de impostos (F)-(E)		1.363.797,73	-1.385.730,66
	Resultado Líquido do Exercício (F)-(G)		1.358.613,95	-1.391.950,24

## Demonstração dos fluxos de caixa

### Método Direto

2011

#### Atividades Operacionais:

Recebimentos de clientes	17.495.695,99
Pagamentos a fornecedores	6.443.450,80
Pagamentos ao pessoal	12.102.485,95
Pagamento/recebimento de imposto s/rendimento	1.703,80
Outros recebimentos/pagamentos da actividade operacional	271.392,23
Recebimentos de rubricas extraordinárias	747.360,54
Pagamentos de rubricas extraordinárias	4.639,20

#### Fluxos das atividades operacionais [1]

-37.830,99

#### Atividades de Investimento:

##### Recebimentos provenientes de:

Investimentos financeiros  
Imobilizações corpóreas  
Imobilizações incorpóreas  
Subsídios de investimento  
Juros e proveitos similares  
Dividendos

29.606,16

29.606,16

##### Pagamentos respeitantes a:

Investimentos financeiros  
Imobilizações corpóreas  
Imobilizações incorpóreas

239.551,42

239.551,42

#### Fluxos das atividades de investimento [2]

-209.945,26

#### Atividades de Financiamento:

##### Recebimentos provenientes de:

Empréstimos obtidos  
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão  
Subsídios e doações  
Venda de quotas próprias  
Cobertura de prejuízos

500,00

##### Pagamentos respeitantes a:

Empréstimos obtidos  
Amortização de contratos de locação financeira  
Juros e custos similares  
Dividendos  
Reduções de capital e prestações suplementares  
Aquisição de quotas próprias

579,49

579,49

#### Fluxos das atividades de financiamento [3]

-79,49

#### Variação de caixa e seus equivalentes [4] = [1]+[2]+[3]

-247.855,74

#### Efeito das diferenças de câmbio

#### Caixa e seus equivalentes no início do período

2.916.997,69

#### Caixa e seus equivalentes no fim do período

2.669.141,95

### Anexo à demonstração dos fluxos de caixa

#### Numerário

Fundos próprios	0,00
Fundos dos doentes	6.375,64
	6.375,64

#### Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis

Fundos próprios	1.056.656,40
Fundos dos doentes	1.606.109,91
	2.662.766,31

#### Equivalentes a caixa

#### Caixa e seus equivalentes

#### Outras disponibilidades (Outras aplicações de tesouraria)

#### Disponibilidades constantes do balanço

2.669.141,95

## Anexo às Demonstrações financeiras

---

### 1.0 Caracterização da entidade

O Hospital de Magalhães Lemos, E.P.E. (HML) foi criado através do Decreto-Lei nº 27/2009, de 27 de Janeiro, e reveste a forma de Entidade Pública Empresarial.

O HML tem por missão a prestação de cuidados de saúde especializados de psiquiatria e de saúde mental à população adulta da área geodemográfica que lhe está atribuída na Rede de Referência Hospitalar de Psiquiatria e Saúde Mental assegurando, em simultâneo, o desenvolvimento profissional dos seus colaboradores, num quadro referencial de eficácia e de eficiência, podendo simultaneamente assumir o desenvolvimento de projetos de investigação e de formação pré e pós-graduada.

O Hospital contribui com pessoal médico para a constituição das equipas de urgência de psiquiatria da área metropolitana do Porto que funcionam no Hospital de S. João.

### 1.1 Identificação

HOSPITAL DE MAGALHÃES LEMOS, E.P.E.

Rua do Professor Álvaro Rodrigues  
4149-003 Porto

NIPC 502 828 790  
CAE 933010 (Rev.3)

### 1.2 Legislação

Decreto-Lei nº 27/2009, de 27 de Janeiro.

Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro de 2005, nomeadamente capítulo II (regime jurídico), capítulo III (regime financeiro) e capítulo IV (regime de recursos humanos).

### 1.3 Estrutura organizacional

Organograma do Hospital de Magalhães Lemos, EPE - ver **Anexo 7.3**.

### 1.4 Descrição sumária das actividades

A oferta de cuidados especializados no âmbito da saúde mental reparte-se pelo internamento, consulta externa, hospital de dia, reabilitação psicossocial.

### 1.5 Recursos humanos

#### **Conselho de Administração**

Nome	Cargo	Despacho de nomeação
António Alfredo de Sá Leuschner Fernandes	Presidente do CA	Despacho n.º 6903, de 2009/03/05
António da Silva Dias Alves	Vogal Executivo	Despacho nº 15968, de/2011/11/24
Joaquim da Silva Ramos	VE, Diretor Clínico	Despacho n.º 6903, de 2009/03/05
João Ernesto Teles Pires	VE, Enfermeiro Diretor	Despacho n.º 6903, de 2009/03/05

## 1.6 Organização contabilística

O HML dispõe de Manual de Procedimentos Contabilísticos, elaborado no âmbito do processo de acreditação pelo *The Healthcare Accreditation and Quality Unit* (CHKS).

Os registos contabilísticos são elaborados em suporte informático, através do recurso à aplicação SIDC (desenvolvida e mantida pela Administração Central do Sistema de Saúde).

O arquivo contabilístico respeita os procedimentos constantes dos normativos legais em vigor.

Não existe descentralização contabilística.

## 2.0 Notas ao balanço e à demonstração dos resultados

**2.1** As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida pelo Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde, e aquelas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

Os montantes encontram-se expressos em Euro (€).

### 2.2 Critérios Valorimétricos

Imobilizações Corpóreas: Estão valorizadas ao custo de aquisição, líquido de amortizações efectuadas dentro dos limites das taxas legalmente.

Existências: As existências estão valorizadas ao custo de aquisição.

Especialização do Exercício: O HML regista os seus proveitos e custos de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual esses proveitos e custos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes proveitos e custos gerados são registados nas rubricas “Acréscimos e diferimentos”

Subsídios: Os subsídios atribuídos no âmbito de projectos de investimento, são registados, como proveitos diferidos, na rubrica de acréscimos e diferimentos, e reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas.

Quanto aos subsídios atribuídos relacionados com a actividade corrente, são registados directamente em proveitos do exercício em subsídios à exploração.

Clientes de Cobrança Duvidosa: De acordo com o Princípio da Prudência e critério fiscal da mora, são criadas provisões.

## 2.7 Movimento ocorrido nas imobilizações incorpóreas, corpóreas e em curso e correspondentes amortizações acumuladas:

ACTIVO BRUTO						
Rúbricas	Saldo Inicial	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Transfer. e Abates	Saldo Final
<b>Imobilizações Incorpóreas</b>						
Despesas Instalação	5.400,00		0,00	0,00		5.400,00
Desp. Investig. e Desenvolvimento	0,00		0,00	0,00		0,00
	5.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.400,00
<b>Imobilizações Corpóreas</b>						
Terrenos e Rec. Naturais	8.240.100,00		0,00	0,00		8.240.100,00
Ed. e Outras Construções	12.009.828,20		141.263,57	0,00		12.151.091,77
Equip. Básico	1.514.383,48		45.769,73	0,00	77.271,58	1.482.881,63
Equip. de Transporte	95.507,27		26.998,50	0,00		122.505,77
Ferramentas e Utensílios	25.174,87		132,95	0,00	255,00	25.052,82
Equip. Administrativo	1.928.146,41		23.594,01	0,00	118.271,22	1.833.469,20
Imobilizações em Curso			0,00	0,00		
Outras Imobilizações	280.052,09		4.163,55	0,00	13.203,82	271.011,82
	24.093.192,32	0,00	241.922,31	0,00	209.001,62	24.126.113,01
<b>Investimentos Financeiros</b>						
Partes de Capital	0,00		0,00	0,00		0,00
Titulos e Out. Apl. Financeiras	0,00		0,00	0,00		0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES				
Rúbricas	Saldo Inicial	Reforço e Reaval.	Regula- rizações	Saldo Final
<b>Imobilizações Incorpóreas:</b>				
Despesas de instalação	4.337,34	675,68	0,00	5.013,02
Desp. Investig. e Desenvolvimento	0,00	0,00		0,00
	4.337,34	675,68	0,00	5.013,02
<b>Imobilizações Corpóreas:</b>				
Edifícios e Out. Construções	3.415.332,97	152.415,79	(0,00)	3.567.748,76
Equipamento Básico	1.122.792,16	123.732,40	75.296,77	1.171.227,79
Equipamento de Transporte	91.954,56	5.437,75	0,00	97.392,31
Ferramentas e Utensílios	23.795,33	460,52	255,00	24.000,85
Equipamento Administrativo	1.613.572,40	167.949,59	114.312,11	1.667.209,88
Outras Imobilizações Corpóreas	208.463,00	21.290,03	13.116,82	216.636,21
	6.475.910,42	471.286,08	202.980,70	6.744.215,80
<b>Investimentos Financeiros:</b>				
Tit. e Out. Aplicações Financeiras	0,00	0,00		0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00

### 2.12 Notas relativas às imobilizações corpóreas elencadas no ponto 2.7

As Imobilizações Corpóreas, no valor de 24.126.113,01€, estão exclusivamente afetas à actividade comercial da Empresa.

### 2.17 Outras aplicações de tesouraria

O valor constante nesta rubrica de balanço corresponde a verbas pertencentes a doentes do HML e do Hospital do Conde Ferreira (HCF), estas últimas geridas pelo HML por força de despacho da Tutela.



A discriminação das mesmas, encontra-se no quadro abaixo:

Aplicações Tesouraria	Valor Aplicado
HML	0,00
Verbas pertencentes doentes HML	240.000,00
Verbas pertencentes doentes HCF	1.285.000,00
	1.525.000,00

### 2.23 Dívidas cobrança duvidosa

As dívidas de cobrança duvidosa ascendem a 79.334,78€.

### 2.31 Provisões

Provisões	Saldo Inicial	Aumento	Diminuições	Saldo Final
Provisões p/cob. Duvidosa	0,00	46.470,72	0,00	46.470,72
Provisões p/riscos e encargos	0,00	0,00	0,00	0,00

### 2.32 Variação contas fundos próprios

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Diminuições	Saldo Final
Capital Social	20.000.000,00			20.000.000,00
Doações	0,00	500,00	0,00	500,00
Reservas Dec. Transf. Activos	0,00		0,00	0,00
Reservas Reavaliação	0,00		0,00	0,00
Resultados Transitados	(3.305.858,75)	(1.391.950,24)	0,00	(4.697.808,99)
Resultados Líquidos	(1.391.950,24)	1.358.613,95	1.391.950,24	1.358.613,95
	15.302.191,01	(32.836,29)	1.391.950,24	16.661.304,96

### 2.33 Demonstração dos custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas

Movimentos	Mat. Primas
(+) Existências Iniciais	249.709,30
(+) Compras	1.204.170,69
(+/-) Regularização Existências	(4,65)
(-) Existências Finais	158.101,44
Custos no Exercício	1.295.773,90

### 2.35 Repartição valor líquido das vendas e prestações de serviços

Designação	Vendas	P.Serviços	Total
Mercado Interno:	0,00	18.513.776,32	18.513.776,32
Merc.Intra-Comunitário:	0,00	0,00	0,00
Mercado Extra-Comunitário:	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	18.513.776,32	18.513.776,32

### 2.37 Demonstração resultados financeiros

Custos e Perdas	01/01/2011 a 31/12/2011	01/01/2010 a 31/12/2010	Proveitos e Ganhos	01/01/2011 a 31/12/2011	01/01/2010 a 31/12/2010
681-Juros suportados	108,46	6,94	781-Juros Obtidos	8.128,78	6.070,51
683-Amortizações Invest. Financeiros	0,00	0,00	782-Ganh. Empresas Grupo	0,00	0,00
684-Aj. de Aplic.Financ.	0,00	0,00	783-Rendimentos de Imóveis	0,00	0,00
685-Dif. Câmb.Desfavor.	0,00	0,00	784-Rendimentos partic.capital	0,00	0,00
686-Desc. Pto. Pgto.	0,00	0,00	785-Dif. Câmbio Favorav.	0,00	0,00
688-Out. Cust. e Perdas	471,03	170,82	786-Desc. Pto. Pgto.	20.978,58	15.416,21
			788-Rever. e Out.Prov. e Ganhos	498,80	498,80
Result.Financeiro	29.026,67	21.807,76			
	29.606,16	21.985,52		29.606,16	21.985,52

### 2.38 Demonstração resultados extraordinários

Custos e Perdas	01/01/2011 a 31/12/2011	01/01/2010 a 31/12/2010	Proveitos e Ganhos	01/01/2011 a 31/12/2011	01/01/2010 a 31/12/2010
691-Donativos	0,00	0,00	792-Recuper.Dívidas	0,00	0,00
692-Dívidas incobráveis	0,00	0,00	793-Ganhos em Existênc.	0,17	667,48
693-Perdas em Exist.	4,82	2.488,62	794-Ganhos em Imobiliz.	0,00	0,00
694-Perdas em Imobil.	6.020,92	0,00	795-Benefícios de Penal.Contrat.	0,00	132,01
695-Multas	4.574,20	0,00	796-Red. Provisões	0,00	0,00
697-Correc.Exerc.Anter.	290.869,60	375.043,87	797-Correc.Ex.Anteriores	695.951,63	58.438,83
698-Out. Cust. e Perdas	0,05	0,00	798-Out.Prov. e Ganhos	24.248,23	19.364,12
Resultados Extraord.	418.730,44	(298.930,05)			
	720.200,03	78.602,44		720.200,03	78.602,44

Hospital de Magalhães Lemos, EPE, 4 de Maio de 2012

**O Técnico Oficial de Contas**

Nuno Miguel Gomes de Pinho

{TOC nº 50967}



**O Conselho de Administração**

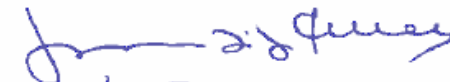
António Alfredo de Sá Leuschner Fernandes

António da Silva Dias Alves

Joaquim da Silva Ramos

João Ernesto Teles Pires






## 6.4. Certificação legal das contas / Relatório e parecer do Fiscal Único



Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados SROC, Lda.

### CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

#### INTRODUÇÃO

1 - Examinámos as demonstrações financeiras anexas do Hospital de Magalhães Lemos, E.P.E., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011, que evidencia um total de balanço de 37 760 287,52 de Euros, e um total de fundos próprios positivos de 16 661 304,96 Euros, incluindo um resultado líquido positivo de 1 358 631,95 Euros, as Demonstrações dos resultados por natureza e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

#### RESPONSABILIDADES

2 - É da responsabilidade da Administração a preparação das demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de critérios e políticas contabilísticas adequadas e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 - A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

#### ÂMBITO

4 - O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 - O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 - Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### OPINIÃO

7 - Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários decorrentes da situação referida no parágrafo anterior, as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Hospital de Magalhães Lemos, E.P.E., em 31 de Dezembro de 2011, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

#### RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8 - É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Porto, 4 de Maio de 2012

Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associado, SROC, Lda<sup>®</sup>  
representada por  
Carlos António Rosa Lopes (ROC n.º 645)

## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO HOSPITAL DE MAGALHÃES LEMOS E.P.E.

Nos termos do mandato que nos foi conferido e em cumprimento do disposto, designadamente na alínea b) do n.º 2 do artigo 16.º e na alínea h) do artigo 25.º, ambos do modelo de Estatutos anexo ao Decreto-lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro de, na qualidade de Fiscal Único, cumpre-nos apresentar o Relatório e formular o Parecer sobre o Relatório de Gestão, o Balanço, as Demonstrações dos Resultados, por naturezas e por funções, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e os respectivos Anexos, bem como a Proposta de Aplicação de Resultados, apresentados pelo Conselho de Administração do Hospital de Magalhães Lemos, E.P.E., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

Ao longo do exercício acompanhámos com regularidade a gestão do Hospital Magalhães de Lemos, E.P.E., tendo para o efeito mantido contactos regulares com o Conselho de Administração e com outros responsáveis do Hospital, tendo solicitado e obtido as informações e esclarecimentos considerados necessários.

Os critérios de valorimetria adoptados no exercício são consistentes com os do ano anterior e com os Normativos contabilísticos aplicáveis em Portugal no sector público da saúde.

No âmbito do processo de apreciação das contas do exercício, analisámos o conteúdo do Relatório de Gestão, da responsabilidade do Conselho de Administração, concluindo que o mesmo aborda de forma adequada a actividade do Hospital de Magalhães Lemos, E.P.E. no exercício de 2011.

Em termos globais, entendemos que o Relatório de Gestão satisfaz os requisitos exigidos pelo Código das Sociedades Comerciais e demais legislação aplicável.

Verificámos igualmente a conformidade da informação de cariz financeiro contida no Relatório de Gestão com a informação veiculada nos demais Documentos de Prestação de Contas apresentadas pelo Conselho de Administração.

Do conteúdo do Relatório de Gestão salienta-se a caracterização da atividade desenvolvida em 2011, designadamente a referência ao nível de cumprimento do Plano de Desempenho.

No que se refere ao cumprimento dos catorze objectivos associados ao Contrato Programa verificou-se o cumprimento integral de treze dos objectivos estabelecidos, verificando-se assim que não foi atingido um único objectivo, de carácter institucional da região (tempo máximo de espera para a 1.ª consulta; Objectivo:  $\leq 66$  dias; real: 187 dias).

Ao nível de desempenho económico e financeiro a performance do Hospital Magalhães de Lemos, E.P.E. teve um comportamento muito satisfatório, em especial no resultado operacional positivo obtido, que se situou bastante acima do objetivo estabelecido ( resultado obtido = + 916.041 €; resultado objetivo = - 59.954 €).



O Relatório de Gestão apresenta igualmente um ponto específico relativo ao Governo Societário, o qual, em nossa opinião, cumpre, globalmente, os princípios de bom governo previstos na RCM nº.49/2007, atentas as especificidades do Hospital Magalhães de Lemos, E.P.E., enquanto entidade inserida no sector público da saúde.

A Proposta de Aplicação de Resultados apresentada pelo Conselho de Administração, contemplando a transferência do lucro apurado para Resultados transitados, respeita as obrigações decorrentes das normas legais aplicáveis, reunindo assim as condições para que seja aprovada.

Na qualidade de Revisor Oficial de Contas, e de acordo com o exigido, designadamente, alínea g) do artigo 25º do modelo de Estatutos anexo ao Decreto-Lei nº. 233/2005, de 29 de Dezembro, bem como no artigo 44º do Decreto-Lei 487/99 de 16 de Novembro, procedemos à emissão da Certificação Legal das Contas.

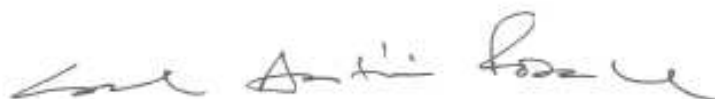
Face ao trabalho desenvolvido, entendemos que os documentos de prestação de contas referidos, permitem, uma boa compreensão da situação financeira do Hospital de Magalhães Lemos, E.P.E., em 31 de Dezembro de 2011, bem como do resultado das suas operações no período findo naquela data.

Nos termos do disposto no nº.17 da RCM nº. 49/2007, de 28 de Março, expressamos ainda uma opinião positiva sobre o desempenho individual de cada um dos gestores, bem como sobre as estruturas e mecanismos de governo em vigor no Hospital Magalhães de Lemos, E.P.E.

Em conformidade com o descrito, e de acordo com a acção fiscalizadora desenvolvida, somos de parecer que as entidades de tutela do Hospital Magalhães de Lemos, E.P.E.:

- (a) Aprovelem o Relatório de Gestão e os demais Documentos de Prestação de Contas referentes ao exercício de 2011, apresentados pelo Conselho de Administração;
- (b) Apreciem a Proposta de Aplicação de Resultados expressa pelo Conselho de Administração no seu Relatório de Gestão, no sentido da transferência para Resultados Transitados do resultado positivo de 1.358.613,95€ apurado no exercício, a qual respeita as obrigações decorrentes das normas legais e estatutárias aplicáveis.

Porto, 4 de Maio de 2012.



Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associado, SROC, Lda<sup>®</sup>  
representada por  
Carlos António Rosa Lopes (ROC nº 845)



7.

---

## Anexos





# 7.1.

## Governo da sociedade

### Modelo de Governo

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato
<b>Conselho de Administração</b>			
<b>Presidente</b>	António Alfredo de Sá Leuschner Fernandes	Despacho nº 6903/2009, de 5 de Março	2009-2011
<b>Vogal (1)</b>	António da Silva Dias Alves	Despacho nº 15968/2011, de 24 de Novembro, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2011	2009-2011
<b>Vogal (2)</b>	Joaquim da Silva Ramos	Despacho nº 6903/2009, de 5 de Março	2009-2011
<b>Vogal (3)</b>	João Ernesto Teles Pires	Despacho nº 6903/2009, de 5 de Março	2009-2011
<b>Fiscal Único</b>			
<b>Efetivo</b>	Carlos António Rosa Lopes, ROC nº 645 Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, SROC nº 116	Despacho nº 7108/2009, de 9 de Março	2009-2011
<b>Suplente</b>	António Maria Velez Belém, ROC nº 768 Pedro Leandro & António Belém, SROC nº 96	Despacho nº 7108/2009, de 9 de Março	2009-2011

### Estatuto remuneratório fixado

#### 1. Conselho Administração

##### Administradores Executivos

- Presidente** Remuneração de 4.204,17 euros, 14 vezes por ano, fixada pelo Despacho Conjunto dos Senhores Secretários de Estado do Tesouro e Finanças e da Saúde de 31.01.2011;  
Opção pelo vencimento de origem.
- Vogal (1)** Não exerceu o direito de requerer a sua opção pelo vencimento de origem, auferindo os seguintes montantes: Remuneração de 3.173,95 euros, 14 vezes por ano, e Despesas de representação de 843,65 euros, 12 vezes por ano.
- Vogal (2)** Remuneração de 3.535,29 euros, 14 vezes por ano, fixada pelo Despacho Conjunto dos Senhores Secretários de Estado do Tesouro e Finanças e da Saúde de 31.01.2011;  
Opção pelo vencimento de origem.
- Vogal (3)** Remuneração de 3.535,29 euros, 14 vezes por ano, fixada pelo Despacho Conjunto dos Senhores Secretários de Estado do Tesouro e Finanças e da Saúde de 31.01.2011;  
Opção pelo vencimento de origem.

Sobre todos estes valores incidem as reduções legalmente determinadas, nomeadamente na Lei n.º 12-A/2010, de 30.06 e na Lei n.º 55-A/2010, de 31.12.

#### 2. Fiscal Único

Remuneração mensal de 772,48 euros, acrescida de IVA à taxa legal em vigor.

## Remunerações e outras regalias (valores anuais)

### 1. Conselho Administração

#### Mandato I - remunerações ano 2011

	Presidente CA	Vogal (1)	Vogal (2)	Vogal (3)
<b>1. Remuneração</b>				
1.1. Remuneração base Anual/Fixa (€)	93.323,56	54.559,10	79.520,96	49.959,82
1.2. Redução decorrente da Lei 12-A/2010 (€)	1.940,39	1.687,30	1.687,30	1.687,30
1.3. Redução decorrente da Lei 55-A/2010 (€)	8.980,76	4.914,29	7.960,38	3.997,26
1.4. Remuneração Anual Efetiva (1.1.- 1.2.-1.3.) (€)	82.402,41	47.957,51	69.873,28	44.275,26
1.5. Senha de presença (€)	0,00	0,00	0,00	0,00
1.6. Acumulação de funções de gestão (€)	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7. Remuneração variável (€)	0,00	0,00	0,00	0,00
1.8. IHT (isenção de horário de trabalho) (€)	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9. Outras (Adicional de 2%) (€)	389,40	0,00	0,00	0,00
<b>2. Outras regalias e compensações</b>				
2.1. <i>Plafond</i> Anual em comunicações móveis (€) <sup>(1)</sup>	1.033,20	1.033,20	1.033,20	1.033,20
2.2. Gastos na utilização de comunicações móveis (€) <sup>(1)</sup>	600,08	495,69	387,93	833,41
2.3. Subsídio de deslocação (€)	1.354,00	83,23	113,00	61,00
2.4. Subsídio de refeição (€)	1.037,61	965,02	1.011,99	1.071,77
2.5. Outras (ajudas de custo) (€)	463,29	16,58	714,61	714,61
<b>3. Encargos com benefícios sociais</b>				
3.1. Regime de Proteção Social (€)	10.288,14	5.875,73	8.954,83	5.158,30
3.2. Seguros de saúde (€)	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3. Seguros de vida (€)	0,00	0,00	0,00	0,00
3.4. Seguro de Acidentes Pessoais (€)	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5. Outros (identificar detalhadamente) (€)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>4. Parque Automóvel</b>				
4.1. Marca	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2. Modelo	0,00	0,00	0,00	0,00
4.3. Matrícula	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4. Modalidade de Utilização (Aquisição/ALD/Renting/Leasing)	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5. Valor de referência da viatura nova (€)	0,00	0,00	0,00	0,00
4.6. Ano Inicio	0,00	0,00	0,00	0,00
4.7. Ano Termo	0,00	0,00	0,00	0,00
4.8 N.º prestações (se aplicável)	0,00	0,00	0,00	0,00
4.9. Valor Residual (€)	0,00	0,00	0,00	0,00
4.10. Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço (€)	0,00	0,00	0,00	0,00
4.11. Combustível gasto com a viatura (€)	0,00	0,00	0,00	0,00
4.12. <i>Plafond</i> anual Combustível atribuído (€)	0,00	0,00	0,00	0,00
4.13. Outros (identificar detalhadamente) (€)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>5. Informações Adicionais</b>				
5.1. Opção pela remuneração do lugar de origem (s/n)	sim	não	sim	sim
5.2. Remuneração Ilíquida Anual pelo lugar de origem (€)	93.323,56	0,00	79.520,96	49.959,82
5.3. Regime de Proteção social				
5.3.1. Segurança social (s/n)	não	não	não	não
5.3.2. Outro (CGA/ADSE)	sim	sim	sim	sim
5.4. Exercício funções remuneradas fora grupo (s/n)	sim	sim	sim	sim
5.5. Outras (identificar detalhadamente)	0,00	0,00	0,00	0,00

<sup>(1)</sup> Valores com IVA incluído.

## 2. Fiscal Único

	2011 *
Remuneração anual auferida (€)	11.401,80

\* Em 2011 foi aplicado o artigo 22º da Lei 55-A/2011 (Lei OE/2011) Sim \_ Não ☒.

## Funções e Responsabilidades

### 1. Conselho de Administração

A Deliberação n.º 2753/2009, de 1 de Outubro, define a delegação de competências nos membros do Conselho de Administração do Hospital de Magalhães Lemos, E. P. E.

Em 2011, o Conselho de Administração do Hospital de Magalhães Lemos, E.P.E., deliberou a delegação de competências nos seus membros.

1. O Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro, fixou as competências reservadas ao Conselho de Administração (art.º 81º), assim como as competências específicas do seu Presidente, do Diretor Clínico e do Enfermeiro Diretor.
2. Para melhorar a responsabilidade e a prestação de contas no Hospital definem-se os pelouros e as competências dos membros do Conselho de Administração, sem prejuízo do que o Decreto-Lei n.º 2003/2005 especificou.
3. O responsável por cada pelouro atua dentro das políticas, objectivos e regras de conduta definidas pelo Conselho de Administração, no respeito pelas boas práticas e procurando melhorar a articulação dos serviços do Hospital. Enumeram-se de seguida os pelouros de cada membro do Conselho.
  - 3.1. Dr. António Leuschner, Presidente do Conselho de Administração, é responsável para além do que se encontra definido no art.º 8º do Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro, pelos seguintes serviços e funções:
    - a) Departamento de Ambulatório, exceto Serviço de Reabilitação; Comissões da Qualidade e de Ética; Gabinete do Utente.
    - b) Serviço de Instalações e Equipamentos, Parques e Jardins, Segurança; Projetos.
    - c) Ensino e Investigação; Biblioteca; Informática.
  - 3.2. Dr. António Dias Alves, Vogal Executivo, é responsável por:
    - a) Alimentação, Tratamento de Roupas, Resíduos, Transportes Internos; Telefonistas; Mensageiros; Higiene e Limpeza Subcontratada.
    - b) Pessoal e Gabinete Jurídico; Financeiros, Apoio à Gestão e Estatística; Aprovisionamento; Serviço de Doentes e Arquivo; Auditoria Interna.
  - 3.3. Dr. Joaquim Ramos, Diretor Clínico, é responsável, para além do que está definido no art.º 9º do Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro, pelos seguintes serviços e funções:
    - a) Departamento do Internamento, exceto Serviço de Psicogeriatrica; Reabilitação; Comissões de Farmácia e de Controlo de Infecções.
    - b) Todos os Serviços de Apoio Clínico, incluindo Assistentes Sociais, Psicólogos e Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica.
  - 3.4. Enfermeiro João Teles, Enfermeiro Diretor, é responsável para além do que está definido no art.º 10º do Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro, pelos seguintes serviços e funções:
    - a) Actividade dos Assistentes Operacionais em Unidades Clínicas; restantes Serviços de Apoio Geral não incluídos noutra pelouro.
    - b) Formação; Grupo de Qualidade/Acreditação.

4. Ao abrigo do disposto nos artigos 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo e do n.º 3 do artigo 7.º dos Estatutos anexos ao D.L. n.º 233/2005, de 29 de Dezembro, a que se encontra vinculado este Hospital, nos termos do n.º 2 do artigo 1.º do D.L. n.º 27/2009, de 27 de Janeiro, que operou a sua transformação em entidade pública empresarial, observado o que se encontra consagrado nas alíneas a) a j) do n.º 1 e no n.º 2 do referido artigo, o Conselho de Administração do Hospital de Magalhães Lemos, E.P.E., em catorze de Abril de 2011, decidiu delegar nos seus membros as competências que se enumeram de seguida.
- 4.1.** Delegar no Presidente do Conselho de Administração, competência para a prática dos seguintes atos:
- 4.1.1. Representar o Hospital, vinculando-o em todos os atos e contratos, obrigando-o pela sua assinatura, nos termos do disposto no artigo 12.º dos Estatutos aprovados pelo n.º 2 do art. 1.º do D.L. n.º 27/09, de 27.01, constantes do anexo II do D.L. n.º 233/2005, de 29.12;
  - 4.1.2. Autorizar as despesas com empreitadas de obras públicas, locação e aquisição de bens e serviços até ao montante de 50.000 €;
  - 4.1.3. No âmbito da gestão de recursos humanos:
    - 4.1.3.1. Autorizar o gozo, a acumulação de férias e aprovar o respetivo plano anual e suas alterações, nos termos do RCTFP e do Código do Trabalho;
    - 4.1.3.2. Autorizar as deslocações em serviço em território nacional, qualquer que seja o meio de transporte, bem como o processamento dos correspondentes abonos ou despesas com a aquisição de bilhetes ou títulos de transporte e de ajudas de custo, antecipadas ou não, bem como a utilização de veículo próprio em serviço oficial, desde que devidamente fundamentada, nos termos legais.
    - 4.1.3.3. Avaliar as sugestões/reclamações dos utentes e adotar as medidas adequadas à sua resolução;
- 4.2.** Delegar no vogal executivo, competência para a prática dos seguintes atos:
- 4.2.1. Autorizar as despesas com empreitadas de obras públicas, locação e aquisição de bens e serviços até ao montante de 50.000 €;
  - 4.2.2. Escolher o tipo de procedimento a adotar, nos termos do Código dos Contratos Públicos e do Regulamento de Compras aprovado pelo Conselho de Administração, quando o montante estimado da despesa não exceda 50.000 €;
  - 4.2.3. Designar júris para condução dos procedimentos, nos termos do Código dos Contratos Públicos e do Regulamento de Compras aprovado;
  - 4.2.4. No âmbito da gestão de recursos humanos, com ressalva da competência delegada nesta deliberação a outros membros do Conselho de Administração;
    - 4.2.4.1. Autorizar o processamento dos vencimentos;
    - 4.2.4.2. Autorizar o gozo e acumulação de férias e aprovar o respetivo plano anual e suas alterações, nos termos legais aplicáveis;
    - 4.2.4.3. Autorizar as deslocações em serviço em território nacional, qualquer que seja o meio de transporte, bem como o processamento dos correspondentes abonos ou despesas com a aquisição de bilhetes ou títulos de transporte e de ajudas de custo, antecipadas ou não, nos termos legais, bem como a utilização de veículo próprio em serviço oficial, desde que devidamente fundamentada;
    - 4.2.4.4. Autorizar a aquisição de passes sociais ou assinaturas para utilização de transportes públicos, relativamente a deslocações em serviço oficial, bem como a utilização de carro de aluguer, quando o interesse do serviço o exigir;
    - 4.2.4.5. Promover a verificação domiciliária de doença, nos termos legalmente aplicáveis;
    - 4.2.4.6. Promover a submissão dos funcionários e agentes à junta médica da ADSE e autorizar os pedidos de apresentação à junta médica da Caixa Geral de Aposentações;
    - 4.2.4.7. Autorizar o abono do vencimento de exercício perdido por motivo de faltas por doença, bem como o exercício de funções em situação que dê lugar à reversão do vencimento de exercício e o respetivo processamento;

- 4.2.4.8. Homologar as avaliações de desempenho;
- 4.2.4.9. Autorizar os pedidos de licença por motivo de casamento, maternidade ou outros;
- 4.2.4.10. Confirmar as condições legais de progressão de trabalhadores que exercem funções públicas e autorizar os respetivos abonos;
- 4.2.4.11. Autorizar a atribuição dos abonos e regalias a que os trabalhadores tenham direito;
- 4.2.4.12. Assinar a correspondência ou expediente necessário à execução das decisões proferidas nos processos relativos a assuntos de recursos humanos, bem como autorizar as publicações na imprensa e no Diário da República.

**4.3. Delegar no diretor clínico, competência para a prática dos seguintes atos:**

- 4.3.1. Autorizar a disponibilização de informações e dados clínicos relativos à assistência prestada à entidade que possua competência para os solicitar;
- 4.3.2. Autorizar a realização de estágios e visitas de estudo aos serviços clínicos do hospital, nos termos do Regulamento de Estágios aprovado pelo Conselho de Administração, quando aplicável;
- 4.3.3. Assinar os termos de responsabilidade relativos às deslocações de utentes a outras unidades de saúde, para realização de exames e/ou tratamentos e autorizar a respetiva despesa até ao montante de 25.000 Euros;
- 4.3.4. Em relação ao pessoal médico, técnico superior de saúde e de serviço social e técnico de diagnóstico e terapêutica:
  - 4.3.4.1. Autorizar a inscrição e participação em estágios, congressos, reuniões, seminários, colóquios, cursos de formação ou outras iniciativas semelhantes que decorram em território nacional;
  - 4.3.4.2. Autorizar comissões gratuitas de serviço até 15 dias por ano aos médicos internos do internato complementar, nos termos legais;
  - 4.3.4.3. Autorizar o gozo e a acumulação de férias e aprovar o respetivo plano anual e as suas alterações;
  - 4.3.4.4. Autorizar, nos termos da lei, a destruição de documentos respeitantes a concursos de pessoal médico;
  - 4.3.4.5. Autorizar os médicos do hospital a integrar júris de concursos da carreira médica abertos por outros estabelecimentos ou serviços;
  - 4.3.4.6. Homologar as classificações de serviço e/ou avaliações de desempenho;
  - 4.3.4.7. Aprovar as escalas de serviço de urgência e visar as folhas de assiduidade.

**4.4. Delegar no enfermeiro diretor, competência para a prática dos seguintes atos:**

- 4.4.1. Autorizar a realização de estágios e visitas de estudo aos serviços de enfermagem do hospital nos termos do Regulamento de Estágios aprovado pelo Conselho de Administração, quando aplicável;
- 4.4.2. Em relação ao pessoal de enfermagem e pessoal dos serviços gerais, na sua dependência:
  - 4.4.2.1. Autorizar a inscrição e participação em estágios, congressos, reuniões, seminários, colóquios, cursos de formação ou outras iniciativas semelhantes que decorram em território nacional.
  - 4.4.2.2. Homologar as avaliações de desempenho, homologar as escalas mensais de trabalho, visar as folhas de assiduidade e proceder à afetação de pessoal às unidades de acordo com as necessidades;
  - 4.4.2.3. Autorizar o gozo e a acumulação de férias e aprovar o respetivo plano anual e as suas alterações, nos termos legalmente aplicáveis;

- 5. Nos termos do artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo, ficam os membros do Conselho de Administração autorizados a subdelegar as competências ora atribuídas em todos os níveis de pessoal dirigente ou de chefia, nos termos do n.º 3 do artigo 7.º dos Estatutos constantes do anexo II do mencionado D.L. n.º 233/2005.
- 6. A presente deliberação produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2011, ratificando-se, por este meio, todos os atos entretanto praticados no âmbito dos poderes agora delegados.

### 1. Membros do Conselho de Administração

#### 1.1. Administradores Executivos

##### 1.1.1. Presidente CA - António Alfredo de Sá Leuschner Fernandes

**Data de Nascimento:** 6 de Agosto de 1949

##### **Habilitações Académicas**

Licenciado em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade do Porto (1974).

Médico especialista em psiquiatria pela Ordem dos Médicos (1982).

MBA pelo Instituto Superior de Estudos Empresariais (atual Escola de Gestão do Porto) da Universidade do Porto (1992).

##### **Actividade Profissional**

Chefe de serviço hospitalar de psiquiatria (1994).

Presidente do conselho de administração do Hospital de Magalhães Lemos (1997).

Professor convidado do Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar, onde exerce funções docentes desde 1979, regente da disciplina de Psiquiatria (1998).

Membro do Conselho Nacional do Ensino e Educação Médica da Ordem dos Médicos (1993 -1995).

Auditor do Programa Nacional de Acreditação de Hospitais do IQS (2004).

Coordenador do grupo de trabalho «Saúde mental no envelhecimento» da Direção-Geral da Saúde (2002 -2007).

Presidente da comissão de coordenação do Programa Nacional para a Saúde das Pessoas Idosas (2005 -2007).

Coordenador do Gabinete de Apoio Técnico para a Saúde Mental da ARS Norte (2006).

Membro do Núcleo Executivo da Comissão Nacional para a Reestruturação dos Serviços de Saúde Mental (2006 - 2007); assessor da Coordenação Nacional (2008).

Autor ou co -autor de inúmeras comunicações em congressos e reuniões e alguns artigos publicados em livros e revistas, nacionais e internacionais, nas áreas da geriatria e da gestão e organização de serviços.

Colaborador de diversas ações de formação, em algumas como responsável, promovidas por instituições de saúde e de ensino, públicas e privadas.

##### 1.1.2. Vogal do CA - António da Silva Dias Alves (a partir de 2011/01/01)

**Data de Nascimento:** 25 de Março de 1954

##### **Habilitações Académicas**

Doutorado em Ciências da Saúde (Universidade de Aveiro, 2011);

Mestrado em Gestão de Empresas (Universidade do Porto, 1995);

*Master Business Administration* (MBA) em Gestão de Empresas (Instituto Superior de Estudos Empresariais, Universidade do Porto, 1991/92);

Curso de Especialização em Engenharia Industrial Aplicada a Hospitais (Escola Nacional de Saúde Pública em Lisboa e Universidade do Wisconsin, 1986/87);

Curso de Pós-Graduação em Administração Hospitalar (Escola Nacional de Saúde Pública em Lisboa, 1980 e 1981);

Licenciatura em Economia (Faculdade de Economia da Universidade do Porto, 1977).

##### **Actividade Profissional**

Administrador Hospitalar no Centro Hospital do Porto, com as funções de Coordenador do Grupo de Orientação Estratégica e Administrador do Departamento de Ambulatório, de Outubro de 2009 a Dezembro de 2010;

Assessor do Sr. Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, Dr. Francisco Ramos, de Novembro de 2006 até ao termo do seu mandato em Outubro de 2009;

Integrado nas Parcerias Públicas Privadas da Misericórdia do Porto, onde desenvolveu e apresentou duas propostas para construção e exploração dos hospitais de Loures e Braga (2004-2005);



Diretor do Departamento de Formação e Ensino Pós-graduado do HGSA (2002-2004) e Coordenador do Gabinete de Estudos Económicos do HGSA (2001/02);  
Vogal do Conselho de Administração do Serviço de Utilização Comum dos Hospitais (SUCH) (1999/2001);  
Administrador da SAUDEC, parceria entre o Serviço de Utilização Comum dos Hospitais e o Instituto de Participações do Estado (IPE), (2000/2001);  
Vogal da Comissão Instaladora do Hospital de São Sebastião entre Janeiro de 1997 e Junho de 1998;  
Diretor de Serviços Financeiros da Administração Regional de Saúde do Norte (1995/1997);  
Administrador do ex- Hospital Distrital de V. N. Gaia (1993/1994);  
Administrador-Delegado do Hospital Distrital de Matosinhos (1989/91);  
Membro do Núcleo de Planeamento de saúde da Comissão de Coordenação da Região Norte (1988/89);  
Diretor de Serviços Administrativo-financeiros da CIT-ALCATEL (1982);  
Diretor de Serviço de Aprovisionamento (1984/89);  
Diretor de Serviços Financeiros do Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia (1981/84).

#### **Outras Atividades Profissionais**

Consultor em: Auditorias à gestão de materiais do Instituto Português Oncologia Dr. Francisco Gentil (2001) e ao Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia (2001); projeto para reorganização dos Serviços Farmacêuticos do Hospital de Santa Maria (Lisboa) financiado pelo PIDDAC 2000 (2000/2001); em estudo nacional para Caracterização de Oportunidades de Investimento em Saúde (INA, 1999); Programa de Assistência Técnica aos Serviços de Saúde de Macau (1999);  
Participação em: Grupo de Consulta do Instituto de Gestão Financeira e Informática da Saúde (IGIF) sobre Financiamento dos Hospitais (1998); trabalho com vista à criação de central de compras para a saúde; missão da Comunidade Europeia integrada no Programa de Cooperação Técnica ao Ministério da Saúde Albanês (26 de Outubro a 5 de Novembro de 1994);

#### **Docente**

Docente convidado pela Universidade do Algarve para leccionar, no Mestrado em Gestão de Unidades de Saúde, a disciplina de Logística e Sistemas de Informação em Saúde (2008);  
Coordenador da *Pós-Graduação em Gestão de Hospitais e Serviços de Saúde* da Universidade Moderna do Porto (2002/2003), tendo sido responsável por duas cadeiras: Estratégia; Objectivos e Gestão de Projetos;  
Professor Auxiliar pela Universidade Moderna do Porto entre 1992 e 2003. Nessa Universidade fui responsável pela regência das seguintes cadeiras da Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas: *Economia Empresarial* (1992/00) e pela cadeira que lhe sucedeu, *Ciências Empresariais* (2000 a 2003); *Análise de Projetos de Investimento e Viabilidade Económica* - de 1994 a 2003;  
Docente convidado para leccionar, em 2002 e 2003, a cadeira de *Gestão Estratégica de Serviços de Saúde* no Curso de Pós-Graduação em Gestão de Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Instituto Superior da Maia (ISMAI);  
Docente convidado para leccionar, em 2001, no Mestrado de Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública as disciplinas: *Métodos de Previsão e Programação*; *Gestão por Projetos*;  
Responsável pela cadeira de *Administração Hospitalar* do Mestrado em Gestão e Economia da Saúde, organizado pela Faculdade de Medicina da Universidade do Porto e pela Faculdade de Economia da Universidade do Minho, nos anos em que decorreu o Mestrado (1998 e 2000);  
Contratado pelo Instituto Superior de Línguas e Administração (ISLA) como docente da cadeira de *Gestão de Produção* da Licenciatura de Gestão de Empresas, ano lectivo de 1992/93.

#### **Trabalhos publicados**

“*Análise custo-benefício do novo Hospital de Guimarães*”, publicado na revista *Gestão Hospitalar*;  
“*Avaliação da Performance dos Hospitais Portugueses*”, publicado na revista *Gestão Hospitalar*;  
“*Perle – uma medida para um problema*”, publicado na revista *Gestão Hospitalar*, elaborado em conjunto com o Dr. Meneses Correia e Dr. Lima Cardoso;  
“*Inovação em Gestão Hospitalar*” – inserido em “*Livro dos Hospitais Portugueses*”, Direção-Geral de Saúde, 1998;  
“*Incentivos e melhoria da eficiência dos hospitais*” – com publicação integrada em livro editado pela Associação Nacional de Sistemas de Saúde e Associação Portuguesa de Economia de Saúde.

## **Comunicações**

*“A logística de Produtos Farmacêuticos em Hospital Central”*, no IV Congresso Nacional de Aprovisionamento Hospitalar, Lisboa, 2004;

*“Saúde para o Século XXI – A reforma do Sistema de Saúde em Portugal”*, na Conferência organizada pela Conferforum, Lisboa, 27 e 28 de Novembro de 2001;

*“Modelos de Concorrência no Sistema de Cuidados de Saúde”*, no 4º Ciclo de Conferências – Fórum Gulbenkian de Saúde, Porto, 25 de Maio de 2001;

*“Modificar a Estrutura e Gestão do Hospital – modelo da experiência inovadora”*, comunicação às XI Jornadas de Administração Hospitalar, Lisboa 10 de Dezembro de 2000;

*“Incentivos e melhoria da Performance de profissionais e Serviços Hospitalares”*, comunicação apresentada no Curso de Gestão Hospitalar para Dirigentes organizado pela Conferforum, Lisboa, 20 de Setembro de 2000;

*“Organização e Eficiência”*, comunicação apresentada no Seminário organizado pela Associação Portuguesa de Economia de Saúde e Associação Nacional de Sistemas de Saúde, Centro Cultural de Belém, Lisboa, 6 de Fevereiro de 1999;

*“Novos Desafios na Gestão de Hospitais”*, comunicação apresentada no Fórum de Lisboa de Administração de Saúde – Fundação Gulbenkian, Lisboa, 6 de Abril de 1998;

*“Justificação para um Novo Estatuto do Hospital”*, comunicação às 1ªs Jornadas Ibéricas de Administração Hospitalar, Lisboa, 25 de Setembro de 1997;

*“Esboço de Sistema de Informação de Gestão – Área Económico-Financeira”*, comunicação às V Jornadas de Administração Hospitalar, Lisboa, 1985.

### **1.1.3. Vogal do CA - Joaquim da Silva Ramos**

**Data de Nascimento:** 13 de Fevereiro de 1958

#### **Habilitações Académicas**

Licenciado em Medicina no Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar (ICBAS) em 1982 e iniciou o internato complementar de psiquiatria no Hospital de Magalhães Lemos (HML) no ano de 1986.

#### **Actividade Profissional**

Assistente hospitalar de psiquiatria em 1990;

Assistente hospitalar de psiquiatria no HML, após concurso de provimento, em Dezembro de 1997;

Grau de assistente hospitalar graduado em Abril de 1998;

Chefe de serviço hospitalar desde Janeiro de 2005.

Ao longo dos anos de actividade vários foram os trabalhos e projetos em que participou realçando os seguintes:

Ithaca Project, suportado pela Health Telematics Programme of the European Commission;

Projeto transfronteiriço (AUTOESTIMA), financiado pela Comissão Europeia, com denominação original de «Prevention of HIV/AIDS, STDS and other transmissible in prostitutes working around the border, between Spain (Galicia) and the north of Portugal»;

Projeto Red Telecem, integrado no programa Interreg III B do Eixo Atlântico;

«Desenvolvimento dos sistemas de informação em saúde mental», no âmbito da Direção de Serviços de Psiquiatria e Saúde Mental da Direção-Geral da Saúde entre 1997 e 2001;

Sob a égide do IGIF e da Direção de Serviços de Psiquiatria e Saúde Mental esteve integrado em vários grupos de trabalho com o objetivo de propor nova tabela de nomenclatura e listagem de procedimentos em psiquiatria, sistemas de informação e preparação do censo psiquiátrico 2001.

Desde os anos lectivos de 1997 -1998 e de 2000 -2001 vem colaborando na docência das disciplinas de Terapêutica Geral do 4.º ano e Psiquiatria do 5.º ano da licenciatura em Medicina do ICBAS;

Desempenho de cargos médicos e gestão e organização de serviços hospitalares:

Coordenador do Gabinete de Estatística e Epidemiologia do HML (1997 a 2004);

Adjunto da direção clínica (2000 a 2004);

Responsável pela consulta externa e ambulatório do HML (2000 a 2004);

Responsável pelo serviço de internamento de doentes de evolução prolongada (2000 a 2004);

Responsável pelo serviço de terapia ocupacional e reabilitação do HML (2001 a 2005);  
Diretor de serviço de reabilitação psicossocial do HML de Abril de 2005 a Março de 2007;  
Gestor de risco clínico do HML de 2005 a 2007;  
Membro do Gabinete de Apoio Técnico para a Saúde Mental da Administração Regional de Saúde do Norte, I. P., desde 2006;  
Membro de apoio aos trabalhos da Comissão Nacional para a Reestruturação dos Serviços de Saúde Mental, conforme ofício do Ministério da Saúde n.º 6253, de 5 de Junho de 2006;  
Diretor clínico do Hospital de Magalhães Lemos desde Março de 2007;  
PADIS — Programa de Alta Direção de Instituições de Saúde, pela Escola de Direção e Negócios, em 2007;  
Presidente das Comissões de Controle de Infecção e de Farmácia e Terapêutica do HML, desde 2007.

#### **1.1.4. Vogal do CA - João Ernesto Teles Pires**

**Data de Nascimento:** 20 de Janeiro de 1958

##### **Habilitações Académicas**

Mestre em Ciências de Enfermagem pelo Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, em 1998;  
Curso de Administração dos Serviços de Enfermagem pela Escola Superior de Enfermagem Cidade do Porto, em 1992;  
Curso de especialização em Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica pela Escola Superior de Enfermagem Cidade do Porto, em 1989;  
Curso de Enfermagem Geral pela Escola Superior de Enfermagem de Bragança, em 1982, PADIS — Programa de Alta Direção de Instituições de Saúde pela Escola de Direção e Negócios, em 2007.

##### **Actividade Profissional**

Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia, serviço de ortopedia, de 26 de Dezembro de 1980 a 3 de Abril de 1981;  
Hospital Geral de Santo António, serviço de medicina -1 Homens de 4 de Abril de 1981 a 2 de Dezembro de 1987;  
Hospital Conde Ferreira, serviço de urgência de 3 de Dezembro de 1987 a 3 de Novembro de 1990;  
Hospital Conde Ferreira, Departamento de Educação Permanente em Enfermagem (enfermeiro -chefe) de 4 de Novembro de 1990 a 1 de Setembro de 1994;  
Enfermeiro -supervisor desde 1994.  
Hospital Conde Ferreira, Direção de Enfermagem (enfermeiro--supervisor) de 2 de Setembro de 1994 a 19 de Fevereiro de 1997;  
Hospital Conde Ferreira, vogal da comissão de gestão de 20 de Fevereiro de 1997 a 31 de Dezembro de 1998;  
Hospital de Magalhães Lemos, vogal do conselho de administração de 1 de Janeiro de 1999 a 30 de Julho de 2000;  
Hospital de Magalhães Lemos, enfermeiro -diretor dos serviços de enfermagem de 1 de Julho de 2000 até à presente data;  
Auditor do Instituto da Qualidade em Saúde;  
Professor da disciplina de Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica na Universidade Fernando Pessoa;  
Membro do Conselho Regional de Saúde Mental, como representante da Ordem dos Enfermeiros, desde 2000;  
Membro do Conselho Regional da Ordem Enfermeiros, de 1999 a 2003, em representação dos enfermeiros especialistas de Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica;  
Membro o Gabinete de Apoio Técnico para a Saúde Mental da Região Norte desde 2006;  
Membro da Associação de Diretores de Enfermagem;  
Membro da Sociedade Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental;  
Participação em diversos júris de concursos da carreira de enfermagem;  
Participação, quer como formador quer como formando, em diversas ações de formação.

## **2. Fiscal Único**

### **2.1. Efectivo – Carlos António Rosa Lopes**

**Data de Nascimento:** 5 de Janeiro de 1956

#### **Habilitações Académicas**

Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas (ISCTE)

MBA em Sistemas de Informação de Gestão (ISCTE)

#### **Actividade Profissional**

Revisor Oficial de Contas

Docente de Contabilidade no Ensino Superior Politécnico

# 7.2.

## Princípios de bom governo

### Princípios de Bom Governo

#### Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita

O Hospital de Magalhães Lemos, EPE rege-se internamente pelo seu Regulamento Interno, homologado pela Deliberação nº 2122/2011, de 8 de Novembro, e pela seguinte legislação:

- a) Diploma de criação da entidade pública empresarial (Decreto-Lei nº 27/2009 de 27 de Janeiro);
- b) Regime jurídico do sector empresarial do Estado (Decreto-lei nº 558/99 de 17 de Dezembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-lei nº 300/2007 de 23 de Agosto);
- c) Código do Trabalho (Lei nº 7/2009 de 12 de Fevereiro), e legislação específica aplicável ao pessoal em regime de relação jurídica de emprego público (Lei 59/2008 de 11 de Setembro);
- d) Lei nº 27/2002, de 8 de Novembro, e Decreto-lei n.º 233/2005 de 29 de Dezembro e respectivos estatutos, alterado pelo Decreto-lei nº 50-A/2007, de 28 de Fevereiro;
- e) Lei n.º 36/98, de 24 de Julho (Lei da Saúde Mental);
- f) Decreto-lei n.º 35/99, de 5 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 304/2009, de 22 de Outubro (Organização da Prestação de Cuidados de Psiquiatria e Saúde Mental);
- g) Subsidiariamente, pelas normas gerais cuja aplicação não esteja excluída por legislação especial, ou pela sua natureza jurídica.

O HML dispõe ainda de um vasto conjunto de normas e regulamentos de funcionamento interno de unidades e de atividades específicas. Em simultâneo, no âmbito do sistema de gestão da qualidade criado (Acreditação), o HML dispõe de procedimentos organizados que cobrem todas as atividades do Hospital. Todos estes documentos estão disponíveis para consulta na intranet do Hospital.

### Transações com entidades relacionadas

O HML integra-se na rede de hospitais do Serviço Nacional de Saúde daí decorrendo um conjunto de transações, nomeadamente com a Administração Central do Sistema de Saúde e com a Administração Regional de Saúde do Norte no que respeita à definição e pagamento da sua produção.

### Outras transações

As restantes transações ocorrem, por regra, dentro das condições de mercado, sendo a aquisição de bens e serviços e a contratação de empreitadas efetuadas no respeito pela legislação que regula a contratação pública. Nestas condições não há qualquer fornecedor que represente mais de 5% do total de fornecimentos e serviços externos e que corresponda a mais de 1.000.000 euros.

O HML relaciona-se ainda com outros fornecedores fora das condições de mercado, dando lugar a transações enquadradas por protocolos estabelecidos pelo Ministério da Saúde, a saber:

- a) Acordo celebrado em 1983 entre o Ministério da Saúde e os Institutos das Ordens Religiosas para garantir a assistência aos doentes crónicos internados nas casas de saúde daqueles institutos, responsabilidade que a partir de 1989 recaiu sobre o HML. Em 2011 foram os seguintes os valores pagos (em euros) às entidades discriminadas:

Entidade	Ano	Valor
Casa de Saúde do Bom Jesus	2011	241.385,10
Casa de Saúde Rainha Santa Isabel	2011	55.334,00
Casa de Saúde S. João de Deus	2011	96.996,60
Casa de Saúde do Telhal	2011	13.833,50
Casa de Saúde S. José de Areias de Vilar	2011	124.501,50
Clínica Psiquiátrica S. José – Instituto das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus	2011	13.833,50

- b) Protocolo celebrado entre a ARSN e a SCMP – Centro Hospitalar do Conde Ferreira, na sequência da devolução da gestão do Hospital do Conde de Ferreira para assegurar a manutenção dos cuidados aos doentes ali internados à data, nomeadamente 1 de Janeiro de 2002. Em 2011 foi pago no âmbito deste protocolo o valor de 2.429.769,00€.

## Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental

Plano estratégico HML 2008-2012 (anexo documento em PDF)

O HML tem pautado o seu desempenho económico-financeiro por princípios de rigor, contenção e controlo dos custos, de análise e comparação homóloga por rubricas.

Para a correta avaliação da sustentabilidade económica do HML, terá de se enquadrar a sua actividade nas diretivas da Reforma da Saúde Mental, que prevê uma reorganização dos serviços na região correspondendo à inserção progressiva da saúde mental nos hospitais gerais, nomeadamente ambulatório. Esta evolução tem reduzido as atividades do HML, prevendo-se o desenvolvimento de áreas específicas que passarão pela maior especialização das suas respostas.

A vertente social tem constituído igualmente um objetivo permanente através de iniciativas de ligação à comunidade, nas áreas das artes e área musical, e do desenvolvimento dos profissionais de que é bom exemplo, a realização de reuniões de ligação com iniciativas oficiais das “Novas Oportunidades” dirigidas aos trabalhadores.

O HML considera, ainda, a inclusão social dos doentes como objetivo fundamental da sua recuperação contribuindo, de igual modo, para a taxa de empregabilidade da região.

Na vertente ambiental, o Hospital possui uma política de gestão de resíduos e procedimentos específicos elaborados no sentido da melhor proteção do ambiente, dos doentes e dos profissionais. No HML existe uma gestora do risco não clínico, com competências específicas, em horário completo e dedicado em exclusividade à função.

O HML dispõe de uma unidade de higiene e segurança no trabalho com profissionais também detentores das competências legais requeridas, bem como, de saúde ocupacional.

## Avaliação do cumprimento dos princípios de bom governo

O HML mantém um sistema de gestão da Qualidade através de um sistema internacional de acreditação, que considera a conformidade do seu desempenho face à Missão, Objectivos e princípios gerais de actuação, com especial acuidade nas seguintes áreas:

- Realização das auditorias externas de concessão da acreditação, bem como, das auditorias anuais de monitorização;
- Manutenção de sistema interno de auditorias;
- Manutenção do sistema de notificação e análise de eventos adversos;
- Manutenção do sistema de sugestões;
- Manutenção do sistema de reclamações *SIM CIDADÃO*;
- Gabinete de Utente;
- Atualização/revisão das políticas da empresa, sempre que adequado;
- Atualização/revisão continuada dos procedimentos executivos internos;
- Fundamentação e publicidade dos atos;
- Manutenção do sistema de gestão de risco, com a realização periódica de avaliações dos riscos;
- Manutenção dos procedimentos de proteção do ambiente, nomeadamente na gestão dos resíduos, de acordo com as melhores práticas.

Este sistema de gestão da qualidade - acreditação, constitui uma ferramenta integradora das diversas vertentes de desenvolvimento e melhoria da organização, assentando numa filosofia de melhoria contínua, participação e transparência. O HML assume como objetivo estratégico a manutenção de um sistema integrado de gestão da qualidade, que compreenda a permanente prossecução de objectivos de efetividade, eficiência, segurança e satisfação.

O HML dispõe de Revisor Oficial de Contas, nomeado pelo Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, Despacho n.º 7108/2009, de 9 de Março, e de Auditor Interno desde 14 de Janeiro de 2011.

## Código de Ética

O Código de Ética do HML foi homologado em Dezembro de 2010 pelo CA e encontra-se disponível para consulta na intranet e no *site* do Hospital.

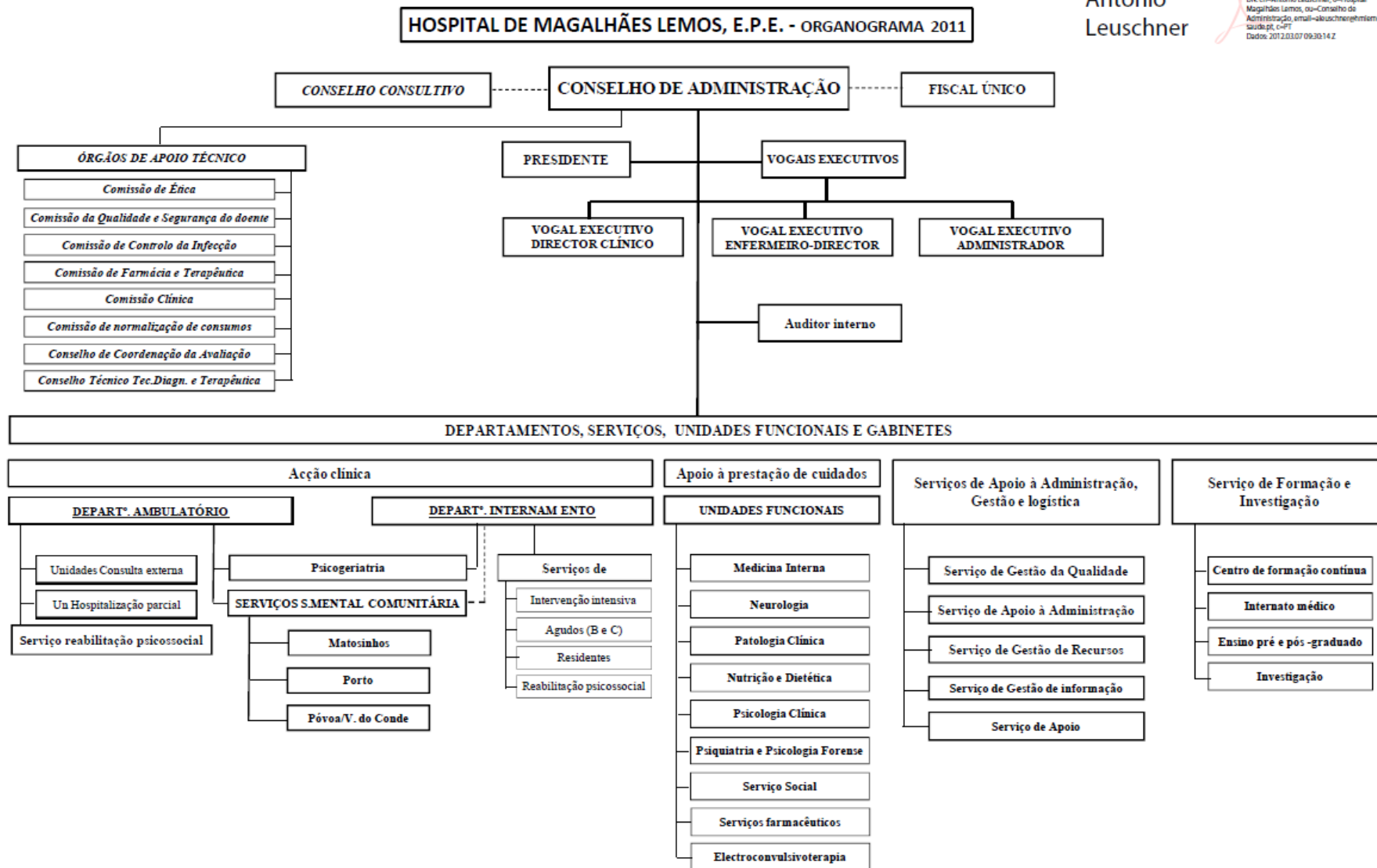




# 7.3 Organograma

António  
Leuschner

Assinado de forma digital por António Leuschner  
DN: cn=António Leuschner, o=Hospital  
Magalhães Lemos, ou=Conselho de  
Administração, email=aleuschner@hml.ams.min-  
saude.pt, c=PT  
Dados: 2012.03.07 09:30:14 Z





# 7.4.

## Orientações legais (resumo)

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
<b>Estatutos atualizados (PDF)</b>	x			
<b>Historial, Visão, Missão e Estratégia</b>	x			
<b>Ficha síntese da empresa</b>	x			
<b>Identificação da Empresa:</b>				
Missão, objectivos, politicas, obrig. serv. público e modelo de financiamento	x			
<b>Modelo Governo / Identificação Órgãos Sociais:</b>				
Modelo de Governo (identificação dos órgãos sociais)	x			
Estatuto remuneratório fixado	x			
Remunerações auferidas e demais regalias	x			
<b>Regulamentos e Transações:</b>				
Regulamentos Internos e Externos	x			
Transações relevantes c/ entidade(s) relacionada(s)	x			
Outras transações	x			
<b>Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental</b>	x			
<b>Avaliação do cumprimento dos PBG</b>	x			
<b>Código de Ética</b>	x			
<b>Informação Financeira histórica e atual</b>	x			
<b>Esforço Financeiro do Estado</b>	x			
Informação a constar no Site da Empresa	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
<b>Existência de Site</b>	x			
<b>Historial, Visão, Missão e Estratégia</b>	x			missão e valores
<b>Organigrama</b>	x			
<b>Órgãos Sociais e Modelo de Governo:</b>				
Identifica dos órgãos sociais	x			r&c
Identificação das áreas de responsabilidade do CA	x			r&c_anexo1
Identificação de comissões existentes na sociedade	x			
Identificar sistemas de controlo de riscos	x			r&c_anexo2
Remuneração dos órgãos sociais	x			r&c_anexo1
Regulamentos Internos e Externos	x			reg. interno ; r&c_anexo1
Transações fora das condições de mercado	x			r&c_anexo2
Transações relevantes com entidades relacionadas	x			r&c_anexo2
<b>Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental</b>	x			r&c_anexo2
<b>Código de Ética</b>	x			
<b>Relatório e Contas</b>	x			
<b>Provedor do cliente</b>		x		

**Legenda:** S – sim; N – não; N.A. – não aplicável.

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
<b>Objectivos de Gestão:</b>					
<b>Gestão do Risco Financeiro</b>		x			Não houve contrato de gestão discutido e aprovado.  Via SIRIEF
<b>Evolução do PMP a fornecedores (dias)</b>	x		x	-2,67	
<b>Atrasos nos Pagamentos - "Arrears" (euros)</b>	x			37.887,91	
<b>Deveres Especiais de Informação</b>	x				
<b>Recomendações do acionista na aprovação de contas:</b>					
			x		
<b>Remunerações (euros):</b>					
Não atribuição de prémios de gestão	x				
Órgãos sociais - redução remuneratória nos termos do art.º 19º da Lei 55-A/2010	x			25.852,69	
Órgãos Sociais - redução de 5% por aplicação artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010	x			7.002,29	
ROC/Fiscal Único - redução remuneratória nos termos do artº 22º da Lei 55-A/2010	x			0,00	
Restantes trabalhadores - redução remuneratória nos termos do art.º 19º da Lei 55-A/2010	x			245.537,12	
<b>Contratação Pública</b>					
Normas de contratação pública	x				Foi seguida a legislação em vigor.  Unidade Ministerial de Compras do Ministério da Saúde - ACSS, e Agência Nacional de Compras Públicas (ANCP).
Normas de contratação pública pelas participadas			x		
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	x			14,73%	
<b>Limites de Crescimento do Endividamento</b>			x		
<b>Plano de Redução de Custos</b>					
Gastos com pessoal	x			-4,73%	O HML passou a EPE em 2009/02/01 - em 2009 só são considerados 11 meses.
Fornecimentos e Serviços Externos	x			0,54%	
<b>Princípio da Unidade de Tesouraria</b>	x			99,97%	

**Legenda:** S – sim; N – não; N.A. – não aplicável.

**Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores nos termos da RCM 34/2008 com as alterações introduzidas pelo Despacho 9870/2009**

<b>PMP</b>	<b>1ºT 2010</b>	<b>2ºT 2010</b>	<b>3ºT 2010</b>	<b>4ºT 2010</b>	<b>1ºT 2011</b>	<b>2ºT 2011</b>	<b>3ºT 2011</b>	<b>4ºT 2011</b>
PMP a Fornecedores (dias)	49	59	83	60,31	73,46	72,09	64,68	57,64

**Mapa da posição a 31/12/2011 dos Pagamentos em Atraso, nos termos do DL 65-A/2011, de 17/Maio**

<b>Pagamentos em Atraso <sup>(1)(2)</sup></b>	<b>0-90 dias</b>	<b>90-120 dias</b>	<b>120-240 dias</b>	<b>240-360 dias</b>	<b>&gt; 360 dias</b>
Fornecedores externos	1.072,55	3.947,73	4.416,27	90,00	2.467,03
Fornecedores da Administração Pública	3.827,62	5.255,80	7.694,11	3.314,53	5.802,27

<sup>(1)</sup> «Atraso no pagamento», o não pagamento de fatura correspondente ao fornecimento dos bens e serviços referidos no artigo seguinte após o decurso de 90 dias, ou mais, sobre a data convencionada para o pagamento da fatura ou, na sua ausência, sobre a data constante da mesma.

<sup>(2)</sup> Valores expressos em Euros.



## 7.5.

---

### Mapas de controlo orçamental



MAPA DE CONTROLO DO ORÇAMENTO DE COMPRAS

DE:	Janeiro	A:	Dezembro	DO ANO:	2011
-----	---------	----	----------	---------	------

RUBRICAS		Orçamentado	Proc.Aquisição	Enc.Assumidos	Processadas	DIFERENÇAS			Pagas/Cobrad
Código	Designação					Orç.-Proc.Aq.	Orç.-Enc.Ass.	Orçam.-Proc.	
312	COMPRAS: Mercadorias .....	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	PRODUT. FARMACÊUTICOS:								
31611	Medicamentos .....	954.200,00	952.907,53	755.115,14	755.115,14	1.292,47	199.084,86	199.084,86	705.449,08
31612	Reagentes e prod. diag. rápido .....	87.000,00	60.045,92	25.181,05	25.181,05	26.954,08	61.818,95	61.818,95	23.922,96
31619	Outros produtos farmacêuticos .....	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		1.041.200,00	1.012.953,45	780.296,19	780.296,19	28.246,55	260.903,81	260.903,81	729.372,04
3162	Material de consumo clinico .....	64.000,00	57.339,03	47.959,16	47.959,16	6.660,97	16.040,84	16.040,84	46.494,48
3163	Produtos alimentares .....	219.500,00	252.448,49	211.876,91	211.887,51	-32.948,49	7.623,09	7.612,49	192.515,23
3164	Material consumo hoteleiro .....	145.000,00	119.036,25	87.672,34	87.672,34	25.963,75	57.327,66	57.327,66	78.535,89
3165	Material consumo administrativo .....	61.500,00	66.664,78	44.586,14	44.586,14	-5.164,78	16.913,86	16.913,86	41.942,91
3166	Material manutenção e conservação .....	52.000,00	40.018,76	34.551,21	34.551,21	11.981,24	17.448,79	17.448,79	31.186,76
3169	Outro material de consumo .....	10.000,00	1.966,30	1.930,75	1.930,75	8.033,70	8.069,25	8.069,25	1.783,43
	TOTAL DAS COMPRAS .....	1.593.200,00	1.550.427,06	1.208.872,70	1.208.883,30	42.772,94	384.327,30	384.316,70	1.121.830,74
317	DEVOLUÇÃO DE COMPRAS .....	0,00			4.702,01			-4.702,01	0,00
318	DESCONT. ABATIM.COMPRAS .....	0,00			0,00			0,00	0,00
	TOTAL GERAL .....	1.593.200,00	1.550.427,06	1.208.872,70	1.204.181,29	42.772,94	384.327,30	389.018,71	1.121.830,74





MAPA DE CONTROLO DO ORÇAMENTO ECONÓMICO - Custos e perdas

DE:	Janeiro	A:	Dezembro	DO ANO:	2011
-----	---------	----	----------	---------	------

RUBRICAS		Orçamentado	Proc.Aquisição	Enc.Assumidos	Processadas	DIFERENÇAS			Pagas
Código	Designação					Orç.-Proc.Aq.	Orç.-Enc.Ass.	Orçam.-Proc.	
	<b>CUSTOS MERC.VEND. E MAT.CON.S.:</b>								
612	Mercadorias .....	0,00			0,00			0,00	
6161	Produtos farmacêuticos .....	978.470,00			835.727,02			142.742,98	
6162	Material de consumo clínico .....	48.100,00			54.226,55			-6.126,55	
6163	Produtos alimentares .....	202.300,00			208.174,14			-5.874,14	
6164	Material consumo hoteleiro .....	113.800,00			87.821,70			25.978,30	
6165	Material consumo administrativo .....	51.000,00			47.514,79			3.485,21	
6166	Material manutenção/conservação .....	50.700,00			61.186,02			-10.486,02	
6169	Outro material de consumo .....	5.000,00			1.123,68			3.876,32	
	<b>Total da conta 61 .....</b>	1.449.370,00			1.295.773,90			153.596,10	
	<b>FORNECIM. E SERVIÇOS EXTERNOS:</b>								
	<b>Sub contractos:</b>								
6211	Assistência ambulatoria .....	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Meios complement. diagnóstico:</b>								
62121	Patologia clinica .....	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
62122	Anatomia patológica .....	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
62123	Radiologia .....	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
62124	Cardiologia .....	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
62125	Electroencefalografia .....	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
62126	Medicina nuclear .....	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
62127	Endoscopia gástrica .....	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
62128	Pneumologia / Imunoalergologia .....	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
62129	Outros .....	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total da conta 6212 .....</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Meios complement. terapêutica:</b>								
62131	Hemodíalise .....	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
62132	Medicina fisica e reabilitação .....	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total da conta 6213 .....</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6214	Prescrição de medicamentos .....	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6215	Internamentos .....	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

## MAPA DE CONTROLO DO ORÇAMENTO ECONÓMICO - Custos e perdas

DE:	Janeiro	A:	Dezembro	DO ANO:	2011
-----	---------	----	----------	---------	------

RUBRICAS		Orçamentado	Proc.Aquisição	Enc.Assumidos	Processadas	DIFERENÇAS			Pagas
Código	Designação					Orç.-Proc.Aq.	Orç.-Enc.Ass.	Orçam.-Proc.	
6216	Transporte de doentes .....	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6217	Aparelhos complem. terapêutica .....	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Trabalhos executados exterior:</b>									
<b>Em entidades Ministério Saúde:</b>									
621811	Assistência ambulatoria .....	1.800,00	0,00	0,00	0,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	0,00
621812	Meios complem. diagnóstico.....	19.750,00	15.479,05	15.479,05	15.479,05	4.270,95	4.270,95	4.270,95	1.242,30
621813	Meios complem. terapêutica .....	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
621814	Prescrição de medicamentos .....	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
621815	Internamentos / Transporte doentes.....	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
621819	Outros .....	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total da conta 62181 .....</b>		21.550,00	15.479,05	15.479,05	15.479,05	6.070,95	6.070,95	6.070,95	1.242,30
<b>Em outras entidades :</b>									
621891	Assistência ambulatoria .....	0,00	379,00	379,00	369,00	-379,00	-379,00	-369,00	361,50
621892	Meios complem. diagnóstico.....	34.500,00	57.541,47	47.435,47	47.435,47	-23.041,47	-12.935,47	-12.935,47	26.095,73
621893	Meios complem. terapêutica .....	50,00	9,50	9,50	9,50	40,50	40,50	40,50	9,50
621894	Prescrição de medicamentos .....	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
621895	Internamentos / Transporte doentes.....	3.200.340,00	3.018.090,75	3.008.630,39	3.008.402,99	182.249,25	191.709,61	191.937,01	2.762.029,45
621896	Aparelhos complem. terapêutica .....	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
621897	Assistência no estrangeiro .....	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
621898	Termalismo social .....	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
621899	Outros .....	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total da conta 62181 .....</b>		3.234.890,00	3.076.020,72	3.056.454,36	3.056.216,96	158.869,28	178.435,64	178.673,04	2.788.496,18
<b>TOTAL DA CONTA 6218 .....</b>		3.256.440,00	3.091.499,77	3.071.933,41	3.071.696,01	164.940,23	184.506,59	184.743,99	2.789.738,48
6219	Outros subcontractos .....	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Fornecimentos e serviços:</b>									
6221	Fornecimentos .....	625.000,00	593.034,64	514.192,70	538.407,68	31.965,36	110.807,30	86.592,32	477.724,40
6222	Fornecimentos e serviços I .....	173.989,00	180.829,80	161.253,40	160.521,47	-6.840,80	12.735,60	13.467,53	154.547,75
6223	Fornecimentos e serviços II .....	737.983,00	1.069.462,23	976.986,65	971.933,06	-331.479,23	-239.003,65	-233.950,06	752.916,70
6229	Outros fornecimentos e serviços .....	63.500,00	38.209,81	36.582,61	36.582,61	25.290,19	26.917,39	26.917,39	33.712,08
<b>Total da conta 622 .....</b>		1.600.472,00	1.881.536,48	1.689.015,36	1.707.444,82	-281.064,48	-88.543,36	-106.972,82	1.418.900,93
<b>Total da conta 62 .....</b>		4.856.912,00	4.973.036,25	4.760.948,77	4.779.140,83	-116.124,25	95.963,23	77.771,17	4.208.639,41
63	Transferênc corrent conced./Prest sociais .....	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**MAPA DE CONTROLO DO ORÇAMENTO ECONÓMICO - Custos e perdas**

		DE:	Janeiro	A:	Dezembro	DO ANO:	2011		
RUBRICAS		Orçamentado	Proc.Aquisição	Enc.Assumidos	Processadas	DIFERENÇAS			Pagas
Código	Designação					Orç.-Proc.Aq.	Orç.-Enc.Ass.	Orçam.-Proc.	
	<b>Despesas com pessoal:</b>								
	<b>Remunerações órgãos directivos:</b>								
6411	Remunerações base .....	180.288,00	157.366,93	157.366,93	171.635,98	22.921,07	22.921,07	8.652,02	157.366,93
6412	Subsidio férias e natal .....	28.215,00	14.380,00	14.380,00	14.380,00	13.835,00	13.835,00	13.835,00	14.380,00
6413	Suplementos de remunerações .....	50.432,00	42.070,02	42.070,02	42.070,02	8.361,98	8.361,98	8.361,98	42.070,02
6414	Prestações sociais directas .....	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6419	Outras remunerações .....	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total da conta 641 .....</b>	258.935,00	213.816,95	213.816,95	228.086,00	45.118,05	45.118,05	30.849,00	213.816,95
	<b>Remunerações base do pessoal:</b>								
64211	RCTFP - Por tempo indeterminado .....	5.585.111,00	5.009.082,60	5.009.082,60	5.443.025,51	576.028,40	576.028,40	142.085,49	5.009.082,60
64212	Pessoal c/contracto termo resolutivo .....	520.725,00	461.402,01	461.402,01	499.774,62	59.322,99	59.322,99	20.950,38	461.402,01
64213	Pessoal em regime contrato ind trab. ....	896.673,00	775.933,82	775.933,82	844.296,81	120.739,18	120.739,18	52.376,19	775.933,82
64214	Pessoal em qualquer outra situação .....	30.114,00	27.627,15	27.627,15	30.146,62	2.486,85	2.486,85	-32,62	27.627,15
	<b>Total da conta 6421 .....</b>	7.032.623,00	6.274.045,58	6.274.045,58	6.817.243,56	758.577,42	758.577,42	215.379,44	6.274.045,58
	<b>Suplementos de remuneração:</b>								
642211	Horas extraordinárias .....	95.922,00	75.126,13	75.126,13	57.532,67	20.795,87	20.795,87	38.389,33	75.126,13
642212	Prevenções .....	15.767,00	14.377,34	14.377,34	14.377,34	1.389,66	1.389,66	1.389,66	14.377,34
642221	Noites e suplementos .....	568.000,00	511.979,79	511.979,79	505.049,28	56.020,21	56.020,21	62.950,72	511.979,79
642222	Subsidio de turno .....	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
64223	Abono para falhas .....	1.020,00	1.031,50	1.031,50	1.031,50	-11,50	-11,50	-11,50	1.031,50
64224	Subsidio de refeição .....	390.000,00	379.071,56	379.071,56	375.689,72	10.928,44	10.928,44	14.310,28	379.071,56
64225	Ajudas de custo .....	19.500,00	14.068,91	14.068,91	14.068,91	5.431,09	5.431,09	5.431,09	14.068,91
64226/7	Vestuário, artig pes, alim e alojamento ....	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
642281	PECLEC / SIGIC .....	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
642282 a 9	Outros suplementos .....	43.500,00	38.316,53	38.316,53	38.316,53	5.183,47	5.183,47	5.183,47	38.316,53
	<b>Total da conta 6422 .....</b>	1.133.709,00	1.033.971,76	1.033.971,76	1.006.065,95	99.737,24	99.737,24	127.643,05	1.033.971,76
6423	Prestações sociais diversas .....	325.490,00	89.342,25	82.592,03	82.592,03	236.147,75	242.897,97	242.897,97	81.088,21
6424	Subsidio férias e natal .....	1.172.104,00	594.384,59	594.384,59	671.193,41	577.719,41	577.719,41	500.910,59	594.384,59
6425	Prémios de desempenho .....	0,00	0,00	0,00	0,00	577.719,41	577.719,41	500.910,59	0,00
643	Pensões .....	1.420.400,00	1.206.661,10	1.206.661,10	1.206.661,10	213.738,90	213.738,90	213.738,90	1.206.661,10
645	Encargos s/remunerações .....	1.375.242,00	1.429.137,78	1.429.137,78	1.549.759,65	-53.895,78	-53.895,78	-174.517,65	1.298.573,15
646	Seg. acidentes trab./Doenç prof. ....	5.485,00	9.637,71	5.830,42	6.221,69	-4.152,71	-345,42	-736,69	5.038,41
647	Encargos sociais voluntários .....	15.350,00	15.019,37	14.987,57	14.987,57	330,63	362,43	362,43	14.987,57
648	Outros custos com pessoal .....	62.500,00	39.139,77	39.139,77	39.136,77	23.360,23	23.360,23	23.363,23	37.968,15

MAPA DE CONTROLO DO ORÇAMENTO ECONÓMICO - Custos e perdas

DE: Janeiro A: Dezembro DO ANO: 2011

RUBRICAS		Orçamentado	Proc.Aquisição	Enc.Assumidos	Processadas	DIFERENÇAS			Pagas
Código	Designação					Orç.-Proc.Aq.	Orç.-Enc.Ass.	Orçam.-Proc.	
6491	Bolsa de Estágio/Subsídio de Refeição .....	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6492	Seguro .....	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total da conta 64 .....</b>	12.801.838,00	10.905.156,86	10.894.567,55	11.621.947,73	1.896.681,14	1.907.270,45	1.179.890,27	10.760.535,47
65	Outros custos operacionais .....	13.000,00	43.034,59	43.034,59	43.034,59	-30.034,59	-30.034,59	-30.034,59	42.974,59
66	Amortizações do exercicio .....	652.738,00			471.961,76			180.776,24	
67	Provisões do exercicio .....	0,00			46.470,72			-46.470,72	
68	Custos e perdas financeiras .....	790,00	640,99	579,49	579,49	149,01	210,51	210,51	571,02
	<b>Custos e perdas extraordinários:</b>								
691	Donativos .....	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
692	Dividas incobráveis .....	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
693	Perdas em existências .....	0,00	0,00	0,00	4,82	0,00	0,00	-4,82	0,00
694	Perdas em imobilizações .....	0,00	0,00	0,00	6.020,92	0,00	0,00	-6.020,92	0,00
695	Multas e penalidades .....	0,00	4.574,20	4.574,20	4.574,20	-4.574,20	-4.574,20	-4.574,20	4.574,20
696	Aumentos de amortizações e provisões .....	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
697	Correcções relat exerc anteriores .....	50.000,00	80.791,08	80.791,08	290.869,60	-30.791,08	-30.791,08	-240.869,60	2.443.835,79
698	Outros custos e perd extraordin .....	0,00	0,00	0,00	0,05	0,00	0,00	-0,05	0,00
	<b>Total da conta 69 .....</b>	50.000,00	85.365,28	85.365,28	301.469,59	-35.365,28	-35.365,28	-251.469,59	2.448.409,99
	<b>TOTAL GERAL .....</b>	19.824.648,00	16.007.233,97	15.784.495,68	18.560.378,61	1.715.306,03	1.938.044,32	1.264.269,39	17.461.130,48



## MAPA DE CONTROLO DO ORÇAMENTO ECONÓMICO - Proveitos e ganhos

DE:	Janeiro	A:	Dezembro	DO ANO:	2011
-----	---------	----	----------	---------	------

RUBRICAS		Orçamentado	Emitido	Diferenças Orç.-Emitido	Cobrados
Código	Designação				
	<b>Vendas e prestações de serviços:</b>				
711	Vendas .....	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Prestações de serviços:</b>				
71211	Internamento .....	7.721.434,00	8.416.372,26	-694.938,26	0,00
71212	Consulta .....	5.429.607,00	5.279.454,98	150.152,02	0,00
71213	Urgência / S.A.P. ....	0,00	0,00	0,00	0,00
71214	Quartos particulares .....	0,00	0,00	0,00	0,00
71215	Hospital de dia .....	1.502.257,00	1.111.870,30	390.386,70	0,00
	<b>Meios complementares diagnóstico e terapêutica:</b>				
712161	De diagnóstico.....	0,00	0,00	0,00	0,00
712162	De terapêutica .....	0,00	0,00	0,00	0,00
71217	Taxas moderadoras .....	0,00	0,00	0,00	0,00
71218	Outras prestações de serviços de saúde .....	3.577.000,00	3.427.238,91	149.761,09	255.919,75
71219	Outras prestações de serviços .....	0,00	49.593,00	-49.593,00	0,00
	<b>Outras Entidades Responsáveis:</b>				
71221	Internamento .....	69.468,00	41.844,69	27.623,31	2.290,82
71222	Consulta .....	11.865,00	5.015,50	6.849,50	0,00
71223	Urgência/Sap .....	0,00	0,00	0,00	0,00
71224	Quartos Particulares .....	0,00	0,00	0,00	0,00
71225	Hospital de dia .....	0,00	0,00	0,00	0,00
71226	Meios Complementares Diagnóstico e Terapêutica.....	130.000,00	129.944,10	55,90	11.526,00
71227	Taxas Moderadoras.....	40.000,00	39.441,58	558,42	38.971,38
71228	Outras Prestações Serviços Saúde.....	1.050,00	833,00	217,00	0,00
71229	Outras Prestações Serviços.....	49.593,00	12.168,00	37.425,00	500,00
<b>Total da conta 712 .....</b>		18.532.274,00	18.513.776,32	18.497,68	309.207,95





MAPA DE CONTROLO DO ORÇAMENTO ECONÓMICO - Proveitos e ganhos

DE: Janeiro A: Dezembro DO ANO: 2011

RUBRICAS		Orçamentado	Emitido	Diferenças Orç.-Emitido	Cobrados
Código	Designação				
72	Impostos e taxas .....	0,00	0,00	0,00	0,00
73	Proveitos suplementares .....	0,00	30.602,99	-30.602,99	14.250,00
	<b>Transferências e subsídios correntes obtidos:</b>				
741	Transferências - Tesouro .....	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Transferências correntes obtidas:</b>				
7421	Da A.C.S.S. ....	0,00	0,00	0,00	0,00
7422	Do P.I.D.D.A.C. ....	0,00	0,00	0,00	0,00
7423	Do F.S.E. ....	0,00	4.206,81	-4.206,81	4.206,81
7429	Outras transferências correntes obtidas .....	159.130,00	122.905,60	36.224,40	122.905,60
743	Subsídios correntes obtidos - Outros entes públicos .....	0,00	0,00	0,00	0,00
749	Subsídios correntes obtidos - De outras entidades .....	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total da conta 74 .....</b>	159.130,00	127.112,41	32.017,59	127.112,41
75	Trabalhos para a própria entidade .....	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Outros proveitos e ganhos operacionais:</b>				
762	Reembolsos .....	1.000.000,00	426.334,05	573.665,95	67.288,23
763	Produtos de fabricação interna .....	0,00	0,00	0,00	0,00
768	Não especificados alheios ao valor acrescentado .....	22.500,00	25.416,50	-2.916,50	11.156,66
769	Outros .....	0,00	51.127,88	-51.127,88	33,60
	<b>Total da conta 76 .....</b>	1.022.500,00	502.878,43	519.621,57	78.478,49
78	Proveitos e ganhos financeiros .....	15.000,00	29.606,16	-14.606,16	29.606,16
79	Proveitos e ganhos extraordinários .....	50.000,00	720.200,03	-670.200,03	108.819,88
	<b>TOTAL GERAL .....</b>	19.778.904,00	19.924.176,34	-145.272,34	667.474,89



## MAPA DE CONTROLO DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS

DE:	Janeiro	A:	Dezembro	DO ANO:	2011
-----	---------	----	----------	---------	------

RUBRICAS		Orçamentado	Proc.Aquisição	Enc.Assumidos	Processadas	DIFERENÇAS			Pagas
Código	Designação					Orç.-Proc.Aq.	Orç.-Enc.Ass.	Orçam.-Proc.	
	<b>IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:</b>								
421	Terrenos e recursos naturais .....	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
422	Edifícios e outras construções .....	995.000,00	141.263,57	141.263,57	141.263,57	853.736,43	853.736,43	853.736,43	83.062,39
<b>423</b>	<b>EQUIPAMENTO BÁSICO:</b>								
4231	Médico-cirúrgico .....	10.000,00	19.143,00	19.143,00	18.793,00	-9.143,00	-9.143,00	-8.793,00	19.143,00
4232	De imagiologia .....	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4233	De laboratório .....	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4234	Mobiliário hospitalar .....	5.000,00	19.615,35	18.713,66	-14.983,02	-14.615,35	-13.713,66	19.983,02	5.584,14
4235	De desinfecção e esterilização .....	0,00	0,00	0,00	-399,04	0,00	0,00	399,04	0,00
4236	De hotelaria .....	165.000,00	3.865,14	3.865,14	-33.395,59	161.134,86	161.134,86	198.395,59	3.865,14
4239	Outro .....	0,00	4.047,93	4.047,93	-1.517,20	-4.047,93	-4.047,93	1.517,20	4.047,93
	<b>Total da conta 4.2.3 .....</b>	<b>180.000,00</b>	<b>46.671,42</b>	<b>45.769,73</b>	<b>-31.501,85</b>	<b>133.328,58</b>	<b>134.230,27</b>	<b>211.501,85</b>	<b>32.640,21</b>
424	De transporte .....	1.000,00	26.998,50	26.998,50	26.998,50	-25.998,50	-25.998,50	-25.998,50	26.998,50
425	Ferramentas e utensílios .....	0,00	132,95	132,95	-122,05	-132,95	-132,95	122,05	132,95
<b>426</b>	<b>EQUIPAM. ADMINISTRATIVO:</b>								
4261	Equipamento administrativo .....	35.000,00	16.224,87	5.335,80	-46.216,43	18.775,13	29.664,20	81.216,43	5.161,58
4262	Equipamento informático .....	105.000,00	18.258,21	18.258,21	-48.460,78	86.741,79	86.741,79	153.460,78	11.144,75
	<b>Total da conta 4.2.6 .....</b>	<b>140.000,00</b>	<b>34.483,08</b>	<b>23.594,01</b>	<b>-94.677,21</b>	<b>105.516,92</b>	<b>116.405,99</b>	<b>234.677,21</b>	<b>16.306,33</b>
427	Taras e vasilhame .....	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
429	Outras .....	5.000,00	4.163,55	4.163,55	-9.040,27	836,45	836,45	14.040,27	2.460,00
	<b>TOTAL IMOBILIZAÇ ORPÓREAS:</b>	<b>1.321.000,00</b>	<b>253.713,07</b>	<b>241.922,31</b>	<b>32.920,69</b>	<b>1.067.286,93</b>	<b>1.079.077,69</b>	<b>1.288.079,31</b>	<b>161.600,38</b>
	<b>IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:</b>								
43	Imobilizações incorpóreas .....	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>IMOBILIZAÇÕES EM CURSO:</b>								
44	Imobilizações em curso .....	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>BENS DE DOMINIO PÚBLICO:</b>								
45	Bens de dominio público .....	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		<b>1.321.000,00</b>	<b>253.713,07</b>	<b>241.922,31</b>	<b>32.920,69</b>	<b>1.067.286,93</b>	<b>1.079.077,69</b>	<b>1.288.079,31</b>	<b>161.600,38</b>



**HOSPITAL DE MAGALHÃES LEMOS E.P.E.**

RUA PROFESSOR ÁLVARO RODRIGUES  
4149-003 PORTO  
PORTUGAL

TEL. 226 192 400  
FAX 226 184 084

[hml@hmlemos.min-saude.pt](mailto:hml@hmlemos.min-saude.pt)

Acreditado pelo

